AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 41 | Nº 10 | OUTUBRO 2021 | R$ 15,00



MOBILIDADE SUSTENTÁVEL DO FUTURO

HAVERÁ LUGAR PARA MAIS DE UM TIPO DE MOTORIZAÇÃO E FONTE DE ENERGIA

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

MILHO O RESULTADO ESPERADO NA SAFRA DE INVERNO 2021/22

OCDE SEGURANÇA ALIMENTAR VAI ALÉM DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

FIAGRO COMO MELHORAR A SUA ESTRUTURA DE GARANTIA DE CRÉDITO

NUTRINDO A VIDA DE QUEM MAIS PRECISA.

AGRO SOLIDÁRIO



Aprosoja MATO GROSSO

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (Licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela), Souza Cruz S/A (Jorge Irribarra)
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A. (Solange Srour), Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A. (Olavo Monteiro de Carvalho), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS **IMPORTANTES VEÍCULOS** FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO**.

SÃO MAIS DE 40 ANOS NO MERCADO GARANTINDO A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!



www.agroanalysis.com.br
contato@agroanalysis.com.br

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

ETANOL ENTRE AS FONTES RENOVÁVEIS DO FUTURO

HÁ ESPERANÇA de que, após os graves solavancos políticos ocorridos que culminaram nos eventos de 7 de setembro último, possa, agora, haver uma trajetória econômica menos conturbada. Os poderes da República movimentaram-se no sentido de redução de atritos. Se isso se confirmar, o câmbio pode se acalmar. A ***Agroanalysis*** insiste que não há fundamentos econômicos para a manutenção da taxa de câmbio acima de R$ 4,80. O montante de reservas internacionais próximo a US$ 400 bilhões, a folga na balança comercial e a projeção do saldo em transações correntes não se alinham a um câmbio acima de R$ 5,00. Este justifica-se apenas pela insegurança política. Várias empresas com quem conversamos confirmam como muito razoável um câmbio ao redor de R$ 4,80.

O câmbio mais elevado – principalmente com o seu efeito nos preços dos combustíveis e do gás –, somado à crise do setor elétrico e ao choque de oferta – pela falta de alguns produtos nas cadeias produtivas –, levou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) à casa dos 10% ao ano. Em dezembro próximo, o IPCA deverá ser ligeiramente menor e tende a cair para menos de 5% ao ano até o final de 2022. Com esse barulho todo, o Banco Central do Brasil (BCB) vem elevando a taxa Selic (taxa básica de juros da economia), que deve fechar o ano ao redor de 8,5%. Desta forma, deve-se prestar atenção em tudo, principalmente nas travas de câmbio e na tomada de crédito. Se, em algum momento, uma opção de crédito de 8,5% ao ano poderia parecer cara; agora, fica bastante razoável. É sempre bom manter muita atenção no preço da produção, pois a situação ideal é sempre o preço flutuar muito próximo ao nível dos juros.

O destaque desta edição é uma comparação das fontes alternativas de energia para motorização de veículos. O mundo tende a usar várias opções, e não apenas uma. Na comparação a outras tecnologias de motorização, o etanol está em vantagem no quesito emissão de CO_2. No entanto, a opção pela combinação de motorização (combustão, eletricidade etc.) e energia para transporte utilizada (gasolina, etanol etc.) depende das características de cada país e da forma como a política pública medirá o impacto energético-ambiental.

Olhando para a produção de alimentos, relatórios recentes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que a segurança alimentar vai muito além da capacidade de produzir alimentos. O desafio dos países está em desenvolver políticas eficazes para enfrentar o "desafio triplo" dos sistemas alimentares: (i) fornecer segurança alimentar e nutricional para uma população mundial; (ii) garantir renda para milhões de agricultores e demais atores envolvidos nas cadeias alimentares; e (iii) fazer isso de forma ambientalmente sustentável.

Analisando o conjunto de produtos que integram os grupos de cereais e oleaginosas, o período entre as safras 2011/12 e 2020/21 ficará marcado por um desempenho excepcional do Brasil. O País consolidou a sua posição no mercado mundial, com um enorme potencial de crescimento nos próximos anos. No entanto, apesar de a área plantada ter sempre crescido ano após ano no período, o volume da produção encolheu em algumas safras, devido à falta de chuvas. Isso mostra a prioridade que deverá ser dada à política nacional de seguro rural e às mudanças climáticas.

Para a safra 2021/22, no caso do milho, mesmo com a queda na produtividade – causada pelos problemas climáticos – e um cenário de preços mais baixos e custos mais altos, o lucro médio do produtor de Mato Grosso na safra de inverno será muito bom, de R$ 3.232,76 por hectare. Já no Paraná, o lucro médio deve ser de R$ 2.365,64, quase dobrando em relação ao lucro de 2020/21, ano em que o estado sofreu muito com a seca. O produtor deve fazer uma boa gestão da comercialização, travando os seus preços e garantindo o resultado.

Já quanto à pecuária, projeta-se, neste momento, um cenário favorável para o produtor de leite em 2022. Essa percepção fundamenta-se na expectativa da concretização de três fatores positivos: o aumento do consumo de produtos lácteos pelas famílias, uma oferta de leite apertada para atender esse aumento de demanda e a redução dos custos de produção.

Continuando com a série de artigos sobre gestão tributária da atividade rural, abordamos, nesta edição, o uso dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) como forma de o produtor maximizar a sua renda

e aumentar a sua capacidade de obter crédito no sistema bancário.

Na entrevista do mês, trazemos as análises de Pedro Bastos de Oliveira, presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (CSMIA/ABIMAQ) e diretor de Relações Institucionais da Jacto. O seu depoimento desperta atenção: os recursos do crédito rural da safra 2021/22 com taxas de juros controladas estão praticamente esgotados; e o cancelamento das feiras agropecuárias neste ano, assim como em 2020, por conta da pandemia, atrapalha a estratégia de promoção da indústria. Mesmo assim, a demanda do mercado se mantém aquecida nesse setor. Ademais, a indústria tem enfrentado dificuldade em atender os pedidos por falta de peças e componentes necessários para suprir a produção.

O caderno da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC) destaca diversos casos de mudanças na geração que comanda as propriedades rurais. Os gestores que chegam vêm carregados de vontade e desejo de mudar o modelo tradicional de produção. As novas práticas buscam introduzir mudas novas, mais resistentes a pragas e doenças, com maior capacidade de produção. Positivo, o resultado leva a ganhos de qualidade nas amêndoas. Nessa configuração, o Governo e a iniciativa privada juntam-se para acabar com o déficit existente no balanço de oferta e demanda de cacau, para que o Brasil volte a se destacar na cacauicultura mundial.

Por fim, a cadeia produtiva nacional de algodão mostra uma trajetória vigorosa neste século, e as perspectivas são favoráveis para os próximos anos. A Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) traça e executa estratégias inteligentes para avançar no mercado internacional, em especial o asiático. Após abrir um escritório em Singapura – um dos maiores *hubs* logísticos e um centro financeiro e comercial da região –, foi lançado, em 2020, o Cotton Brazil, uma iniciativa que, com produto de qualidade, sustentabilidade e padrão tecnológico, visa transformar o Brasil no maior fornecedor mundial da fibra até 2030. ■



ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS



@fgvagro
/fgvagro
@fgvagroanalysis
FGV Agro
/fgvagro

www.agroanalysis.com.br contato@agroanalysis.com.br

SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 **ENTREVISTA**
PEDRO BASTOS DE OLIVEIRA
MERCADO AQUECIDO NAS MÁQUINAS E NOS EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

10 **FRASES & COMENTÁRIOS**

11 **MACROECONOMIA**
PIORA DE CENÁRIO

12 **AGRODROPS**

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 CAPA PAPEL DO ETANOL NA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL DO FUTURO

18 BOA EXPECTATIVA PARA O MERCADO DE LEITE

20 CAPA MILHO: CLIMA E CUSTOS DEFINIRÃO O RESULTADO

22 GESTÃO

22 CAPA OS BENEFÍCIOS DE O PRODUTOR APORTAR TERRAS EM UM FIAGRO

26 LCA: O TÍTULO DE CRÉDITO BANCÁRIO PARA O AGRO

31



ABISOLO
EM BUSCA DE UM PROPÓSITO

29 POLÍTICA AGRÍCOLA

29 CAPA SEGURANÇA ALIMENTAR NÃO SE REFERE APENAS A PRODUÇÃO

35



ABRAPA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO

39



AIPC
AS NOVAS FACES DO CACAU

25 **JACTO**
GESTÃO À VISTA NO CAMPO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR

45 **FAESP**
A ADESÃO PAULISTA À META DE ZERO GASES DO EFEITO ESTUFA EM 2050

46 **DIÁRIO DE BORDO**
OS ODS E PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS

47 **PRODUZIR**
APLICAÇÃO DA GEOPOLÍTICA NA AGRICULTURA

48 **OPINIÃO**
SÃO PAULO TRABALHA PARA MODERNIZAR A LEI

49 **REFLEXÃO**
DOMICÍLIO PREFERENCIAL DO CARBONO VERDE NO MUNDO

50 **PIMAGRO**

MERCADO AQUECIDO NAS MÁQUINAS E NOS EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

PEDRO BASTOS DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (CSMIA/ABIMAQ) e diretor de Relações Institucionais da Jacto

Da Redação

A COEXISTÊNCIA de um conjunto de variáveis instiga os produtores a investirem na tecnologia avançada proporcionada pelas máquinas e pelos equipamentos agrícolas. O setor deverá ter um faturamento recorde neste ano, de modo a superar o valor registrado em 2013. Os recursos do Plano Safra 2021/2022, com taxas de juros controladas do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), deverão esgotar de forma rápida. A saída será a tomada de empréstimos com taxas de juros livres alinhadas à evolução da taxa Selic pressionada pela inflação da economia. Com uma larga experiência e vivência, o entrevistado Pedro Bastos de Oliveira, presidente da CSMIA/ABIMAQ e diretor de Relações Institucionais da Jacto, faz uma análise balanceada do setor diante do mercado aquecido com a demanda de produto final e apresentando dificuldades de suprimento nas peças e nos materiais de montagem.

AGROANALYSIS: A PANDEMIA ESTENDE O CICLO DE ALTA NO AGRONEGÓCIO?

PEDRO BASTOS DE OLIVEIRA: De fato, nesse período de pandemia do novo coronavírus, os produtores de grãos aproveitaram os bons preços das *commodities* no mercado internacional para investir em tecnologia. Como o agronegócio não parou e seguiu em crescimento, a demanda dos produtores para a tomada de financiamento nos bancos se manteve aquecida. O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2021/22, com vigência de 1º de julho último até 30 de junho de 2022, deverá ter um rápido esgotamento, similarmente ao que ocorreu nas temporadas anteriores.



Enquanto os bons ventos das colheitas generosas levam a resultados promissores, a valorização do dólar em um alto patamar comparado ao real impulsiona um recorde nas exportações. O desempenho concentra-se bastante nos embarques de milho, soja, laranja, café, açúcar, carnes, algodão, celulose, entre outras *commodities*. Com o rendimento em alta, crescem os investimentos para aumentar a produção. Assim, podemos começar a explicação dessa conjuntura efervescente nas vendas de máquinas

e equipamentos agrícolas mesmo no cenário complexo da pandemia.

OS NÚMEROS DE 2020 E 2021 FORAM DE SURPRESAS POSITIVAS?

PBO: De forma bem consistente no transcorrer de 2020, a receita com a venda de máquinas e equipamentos agrícolas cresceu 17,6%, para R$ 26,5 bilhões, descontada a inflação e a preços atuais. A aceleração desse comércio advém muito da desvalorização cambial do real frente ao dólar e da subida dos preços das *commodities* nos mercados interno e externo. Na soja e no milho, por exemplo, as cotações romperam a barreira de alta na Bolsa de Chicago.

A conjuntura de fundamentos favoráveis em 2020 prevalece neste ano, cuja previsão de faturamento é de 38%, para R$ 36,6 bilhões, de modo a superar o antigo recorde registrado em 2013. Esse resultado excepcional exige um grande esforço por parte das indústrias para atender a demanda. Há irregularidade no suprimento de matérias-primas, com a falta de aço e derivados, embalagens, pneus e materiais plásticos e a recente escassez crônica de materiais eletrônicos. Esses descompassos são frequentes nas cadeias produtivas globais que voltaram a produzir bens.

E COMO AGUARDAR 2022?

PBO: Na verdade, sempre pairará uma sombra de dúvida sobre a continuidade ou o arrefecimento da demanda no setor. A produção agropecuária sofre oscilações devido às mudanças climáticas em todo o mundo. No caso específico do Brasil, há, ainda, a volatilidade na cotação do dólar, que pode alterar de forma importante o preço que o produtor planejava receber.

OS RECURSOS DO PLANO SAFRA ESGOTARÃO, E NÃO HÁ MOTIVOS DE QUEDA NOS PREÇOS DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS.

O processo de mudança nas tendências de mercado não acontece de forma repentina. As curvas ascendentes nos preços dos produtos, com a chegada da pandemia, influenciaram as decisões de crescimento da produção pela adoção de práticas modernas, com efeitos no médio prazo. Para o primeiro semestre de 2022, não há motivos de queda acentuada dos preços das *commodities* internacionais, pois as projeções de estoques mundiais continuam bastante apertadas em termos de oferta e demanda.

EXISTEM OUTROS DESAFIOS PARA MANTER O RITMO AQUECIDO?

PBO: É claro que a expectativa dependerá de uma série de outras variáveis de influência mais geral, a começar pela recuperação positiva do Produto Interno Bruto (PIB) e pelo controle do processo inflacionário para dar sustentação à renda e ao consumo interno no País. No cenário do agronegócio, deve-se olhar para o nível a ser alcançado pela taxa básica de juros (Selic), a grande base de referência para estabelecer as taxas de juros nos financiamentos do BNDES Crédito Rural, do fundo de Poupança Rural do Banco do Brasil (BB) e do custo de captação de recursos dos demais agentes financeiros participantes dos financiamentos do agronegócio.

É bom lembrar e considerar que, nas linhas de montagem, não houve uma parada generalizada, embora tenham ocorrido muitos atrasos nas entregas. Mesmo assim, o aumento considerável ocorrido de 17% e o estimado ainda maior (de 38%) para este ano atestam a capacidade da indústria de atender a demanda. Outra boa notícia veio do aumento observado nos empregos. As associadas da ABIMAQ reportaram um aumento de 36% na mão de obra direta empregada, com um salto de 44.000 trabalhadores, em janeiro de 2020, para 60.000, em julho último.

O ORÇAMENTO DA AGROPECUÁRIA SUPERA O CRÉDITO RURAL?

PBO: Criado pelo governo federal em 2003, o Plano Safra visa garantir crédito aos pequenos, aos médios e aos grandes agricultores. Ou seja, ele procura dispor o produtor de recursos para melhor planejar e organizar o ciclo das suas demandas. O lançamento do Plano acontece ao final do primeiro semestre de cada ano, tendo em vista o calendário de plantio e colheita das safras de grãos no verão e no inverno.

O orçamento para a agropecuária custear, investir e comercializar a produção supera cada vez mais a disponibilidade de crédito rural a juros controlados do Plano Safra. A complementação vem de outras fontes, como os recursos próprios dos produtores e os títulos do agronegócio. A dotação do Moderfrota

OS BANCOS QUEREM APLICAR RECURSOS NO CAMPO, MAS O CUSTO DE CAPTAÇÃO AUMENTOU.

para a safra 2021/22, de R$ 7,2 bilhões, frente a uma demanda de R$ 60 bilhões, se esgotará, como nos anos anteriores.

COMO FECHAR ESSA CONTA?

PBO: Nas condições da atual demanda do setor agropecuário, os recursos disponibilizados para a operacionalização do PAP da safra 2021/22 acabarão de forma rápida. Diante dessa situação, independentemente dos recursos oficiais equalizados, a ABIMAQ articula conversas com diversas instituições financeiras. O objetivo é verificar suas linhas de financiamento com recursos próprios para atender o produtor rural.

De um modo geral, as instituições foram unânimes em informar que os bancos possuem e querem continuar a aplicação de recursos no campo. A dificuldade está na superação dos obstáculos em função da alta da curva de juros no longo prazo. A situação não permite aplicar as mesmas regras das linhas equalizadas pelo Governo, em virtude da subida do custo de captação do dinheiro junto ao acréscimo do *spread* bancário.

A PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL ASSISTIRÁ À EVOLUÇÃO DO SETOR COM FERRAMENTAS DE VIRTUALIZAÇÃO.

COMEÇA A RETOMADA DOS EVENTOS DE TECNOLOGIA?

PBO: As grandes feiras e exposições anuais de tecnologia agropecuária foram interrompidas em 2020 por conta da pandemia do novo coronavírus. A retomada desses eventos deve acontecer em 2022. Em diversos lugares, os organizadores reúnem-se com prefeitos, membros dos sindicatos de hotéis, bares e restaurantes e secretários das Secretarias Estaduais e Municipais de Agricultura e Abastecimento. Será necessário criar um cenário favorável para manter atrativa e motivadora a participação de visitantes, expositores e fornecedores.



FLAVIO PINTO

Como esse processo será custoso, caberá prevalecer um ambiente de colaboração e de mudanças. Os protocolos deverão estar adequados a cumprir as regras de distanciamento e segurança. Há grandes problemas para serem resolvidos, e a ajuda da comunidade será importante. Há uma engrenagem virtuosa para ser planejada e executada. A participação presencial assistirá à forma como o setor evoluiu dentro da economia do País e quanto às modernas ferramentas de virtualização.

SURGE O MODELO HÍBRIDO, QUE COMBINA O PRESENCIAL E O VIRTUAL?

PBO: Os desafios para os organizadores convergem na busca de soluções para manter o relacionamento entre expositores e visitantes. A tendência de modelos híbridos deverá ser uma realidade. Os agricultores poderão demandar a volta das feiras presenciais, porém a experiência adquirida com ferramentas virtuais no período da pandemia deverá juntar-se às feiras presenciais. A combinação da audiência e da visibilidade faz dos eventos um sucesso, ao qual se juntam as plataformas digitais aprimoradas.

Os visitantes terão acesso a *webinars*, vídeos sob demanda, transmissões ao vivo e programações especiais repletas de conteúdos exclusivos. Na área de negócios, a página de *marketplace* espelha uma grande vitrine de produtos dos expositores à disposição do mercado. As apresentações são feitas com detalhes técnicos, fotos, vídeos e opções para estimular o contato dos consumidores com cada um dos vendedores. A plataforma de *networking* permitirá, ainda, a interação entre os participantes, havendo pessoas com interesses comuns e profissionais de diversos setores do mercado. ■

FRASES & COMENTÁRIOS

"O papel positivo da agropecuária nacional na mitigação de emissões e na adaptação às mudanças climáticas – duas expressões mágicas – deve ser reconhecido nas discussões da COP-26."

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

"O Brasil é um dos poucos países que pode atender a demanda mundial por alimentos nas próximas décadas. Será necessário que o Governo, o setor privado e parlamentares se unam para impulsionar a imagem do agro brasileiro."

MARCOS MONTES, secretário executivo da Secretaria Executiva do MAPA



MARCELO CAMARGO/ AGÊNCIA BRASIL

"É muito importante transmitir essa mensagem da sustentabilidade da produção agropecuária nacional aos parceiros comerciais e aos mercados de destino dos nossos produtos."

"Teremos uma estratégia de comunicação voltada para o público europeu, ou seja, o continente sobre o qual estão concentrados os interesses vitais do agro brasileiro."

CARLOS FRANÇA, ministro do Ministério das Relações Exteriores (MRE)



APEXBRASIL

"O Programa de Imagem e Acesso a Mercados do Agronegócio Brasileiro (PAM AGRO), com foco, exatidão e transparência, pretende intensificar e aprimorar o combate contra a desinformação."

"Somos referência no desenvolvimento sustentável – com a agricultura de baixo carbono –, nas energias limpas e renováveis e nas tecnologias e inovações que operam verdadeiros milagres."

AUGUSTO PESTANA, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)

"Precisamos aproximar a percepção da realidade para o mundo reconhecer a excelência e a liderança do Brasil quanto à sustentabilidade, à produtividade e ao desenvolvimento humano."

LUCAS FIUZA, diretor de Negócios da Apex-Brasil

"Estamos empenhados em chegar a 2030 sem desmatamento ilegal, com as ações para a regularização fundiária, o Plano ABC+ e o Cadastro Ambiental Rural (CAR)."

ORLANDO RIBEIRO LEITE, secretário da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI/MAPA)

"A conectividade do campo com internet, de 23% do espaço agrícola, é tão importante hoje quanto foi a energia elétrica na década de 1970. O nosso desafio é elevar esse nível."

CLEBER OLIVEIRA SOARES, secretário adjunto da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (SDI/MAPA)

PIORA DE CENÁRIO

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

AS ÚLTIMAS semanas foram marcadas por uma deterioração das perspectivas acerca da economia brasileira. A combinação de aceleração da inflação e piora no cenário político levou a uma rodada de revisões das projeções dos principais indicadores econômicos, o que aponta para um futuro menos promissor.

De fato, a inflação brasileira vem dando mostras de elevação desde agosto/setembro do ano passado. A aposta do Banco Central do Brasil (BCB) era de que essa alta era transitória e que a dinâmica de alta dos preços não seria suficientemente afetada para comprometer a meta deste ano. Esse cenário só foi abandonado definitivamente em março último, quando ficou evidente que o comportamento altista da inflação não era tão transitório quanto o BCB imaginava inicialmente.

Ainda assim, o Comitê de Política Monetária (Copom) moveu-se lentamente ante um quadro de inflação que se deteriorava rapidamente. A dimensão dos choques adversos de oferta enfrentados pela economia brasileira é muito grande: a moeda brasileira registrou uma forte depreciação ante as demais moedas, os preços internacionais das *commodities* subiram fortemente (com impactos diretos sobre os preços internos) e os preços dos combustíveis também registraram uma expressiva alta ao longo do ano. Some-se a isso a crise hídrica, que tem levado a um aumento do preço da energia elétrica ao longo dos últimos meses. A somatória dos impactos dos efeitos combinados desses fatores tem levado a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulada em doze meses a um patamar próximo de 10%.

As projeções apontam para o IPCA fechando este ano próximo de 8,5% e caindo para 4,1% no ano que vem. Talvez, esse seja um cenário relativamente otimista no contexto do atual patamar inflacionário e da natureza dos choques adversos que a economia enfrenta. Fazendo um paralelo com 2002, na primeira eleição do presidente Lula, quando a cotação do dólar chegou pela primeira vez a R$ 4,00, a inflação chegou a 12,5% naquele ano. Mesmo com o dólar recuando nos anos seguintes, mas com os preços das *commodities* subindo, a inflação só voltou ao intervalo da meta em 2005. Mais recentemente, a inflação medida pelo IPCA atingiu 10,7% em 2015, em grande medida pela recomposição das tarifas de energia elétrica naquele ano, e caiu para para 6,3% e 3,0% nos dois anos seguintes ante a retração no Produto Interno Bruto (PIB) de 3,6% e 3,3% em, respectivamente, 2016 e 2017 (algo que não se encontra no radar neste momento).

Em outras palavras, é bem possível que a inflação brasileira tenha atingido um patamar em que levará mais tempo do que o suposto até agora para retornar ao centro da meta. Ao mesmo tempo, o BCB parece atrasado em termos de política monetária, devendo fechar o ano com a taxa Selic em 8,25% a.a., praticamente no mesmo nível da inflação.

Ademais, a alta da inflação deverá contribuir para desacelerar a atividade econômica nos próximos meses. A aceleração do ritmo de alta dos preços deve provocar uma queda na renda das famílias. Com isso, o ritmo de vendas deve arrefecer nos próximos meses.

A elevação da taxa de juros também deve atuar nesse sentido. As elevações da taxa Selic promovidas pelo BCB acabam sendo repassadas, em alguma medida, para as taxas praticadas na ponta do empréstimo pelas instituições financeiras. Isso acaba impactando as vendas a prazo e os financiamentos. Com isso, o PIB brasileiro deverá crescer 5% neste ano e cerca de 1% no ano que vem.

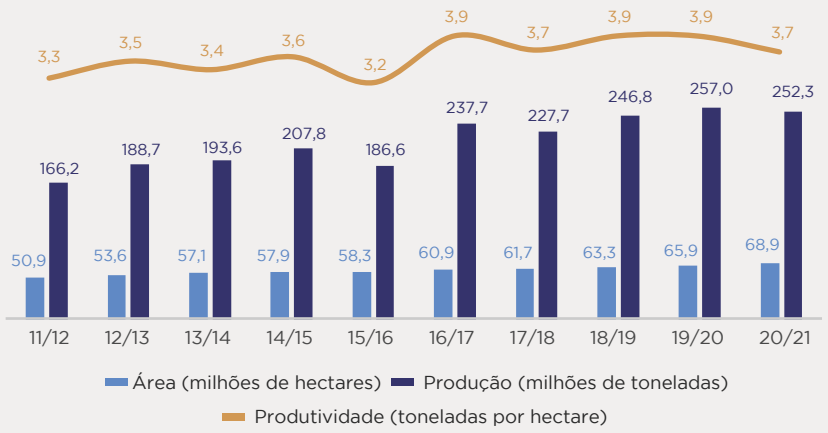
Por fim, há que se considerar a dimensão política no cenário econômico brasileiro. As incertezas impostas por essa variável têm efeito direto nos investidores, sejam eles domésticos ou estrangeiros, que acabam postergando suas decisões até o cenário estar definido.

Em particular, o quadro fiscal para o ano que vem encontra-se indefinido, em um contexto de pressões políticas por afrouxamentos em inúmeras áreas em um ano eleitoral, com pressões por aumento de gastos de várias fontes. Por conta disso, o risco percebido sobre a economia brasileira permanece elevado e a taxa de câmbio segue exibindo uma elevada volatilidade. ■

DESEMPENHO EXCEPCIONAL NOS CEREAIS E NAS OLEAGINOSAS

Para o conjunto de produtos que integram os grupos de cereais e oleaginosas, o período entre as safras 2011/12 e 2020/21 ficará marcado por um desempenho excepcional. Houve um aumento vigoroso de 18,0 milhões de hectares na área (+35,4%), de 86,1 milhões de toneladas na produção (+51,8%) e de 394,6 toneladas por hectare na produtividade (+12,1%). Esse resultado faz parte do trabalho coletivo entre os atores das cadeias produtivas e os do Governo. Fica consolidada a posição honrosa do Brasil nesses produtos no mercado mundial, com um enorme potencial de aumento nos próximos anos.

BRASIL: ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE CEREAIS E OLEAGINOSAS



Fonte: Conab

Apesar de apresentarem expansão, a área e a produção de cereais e de oleaginosas no período entre as safras 2011/12 e 2020/21 não cresceram no mesmo ritmo e na mesma proporção. Enquanto a área plantada cresceu ano após ano durante todo o período, o volume da produção encolheu nas safras 2015/16, 2017/18 e 2020/21, por causa da falta de chuvas. Isso mostra a atenção que deverá ser dada à política de seguro rural e às mudanças climáticas.

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL EM 2021

Como previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pelo Congresso Nacional, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) deve receber R$ 976 milhões neste ano. As apólices contratadas e as propostas em análise já comprometeram cerca de 95% desse valor. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pediu autorização para transferir R$ 375,0 milhões do orçamento da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), de R$ 536,9 milhões, para o PSR. Isso permitirá chegar aos R$ 1,3 bilhão prometidos no anúncio do Plano Safra 2020/2021. Em 2020, o PSR, com R$ 881 milhões, alcançou 193 mil apólices e assegurou 13,7 milhões de hectares.

ORÇAMENTO DO PSR EM 2021

PRIMEIRO SEMESTRE	Valor (R$ milhões)
Culturas de inverno*	400
Culturas de verão**	200
Frutas	65
Pecuária	6
Florestas	1
Demais culturas	21
SUBTOTAL	**693**
SEGUNDO SEMESTRE	**Valor (R$ milhões)**
SUBTOTAL	**283**
TOTAL	**976**

*Milho 2ª safra, trigo, centeio e cevada
**Milho 1ª safra, arroz e feijão
Fonte: MAPA

PESTE SUÍNA NA AMÉRICA CENTRAL

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) confirmou a presença de um foco de peste suína africana (PSA) na República Dominicana, na América Central. De imediato, isso colocou sob cuidado preventivo intensivo de biossegurança o setor produtivo de suínos. Os organismos regionais e a representação da OIE nas Américas buscam tomar conhecimento da situação, com medidas de apoio para eliminar os focos e conter a disseminação do vírus. De alto contágio, a doença não possui cura nem tratamento. Ela pode acometer suínos e javalis, mas não causa problemas a humanos. Desde 1984, o Brasil é considerado área livre da doença.

EXPANSÃO DOS FERTILIZANTES ESPECIAIS

Os produtos conhecidos como "fertilizantes especiais", sejam minerais, organominerais ou orgânicos, aplicados no campo via folha, solo, sementes, fertirrigação e hidroponia, apresentaram uma crescente taxa de adoção por parte dos agricultores entre 2014 e 2020. Esse movimento é constatado pelo crescimento do faturamento do setor, que passou de R$ 4,0 bilhões, em 2014, para R$ 10,1 bilhões (+152,5%), em 2020. Essa performance explica os investimentos da indústria de nutrição vegetal em pesquisa e desenvolvimento. Na busca para atender as demandas tecnológicas dos produtores, as empresas oferecem itens de qualidade e suporte técnico de acordo com as condições particulares de cada propriedade agrícola.

BRASIL: FATURAMENTO DOS FERTILIZANTES ESPECIAIS

ANO	Faturamento (R$ bilhões)	Var. %
2014	4,0	–
2015	4,6	14,5
2016	5,1	10,1
2017	5,5	9,1
2018	6,6	19,1
2019	7,1	7,6
2020	10,1	41,8

Fonte: Abisolo

ABERTURA DE NOVOS MERCADOS EXTERNOS

O MAPA busca abrir mercados para diversificar e ampliar o leque de opções para os produtos agropecuários brasileiros. Esse trabalho resultou na marca de 150 mercados abertos em 43 países desde janeiro de 2019. Os acordos levam em consideração parâmetros de sanidade a serem atestados e do certificado correspondente – sanitário, fitossanitário ou veterinário – que passará a ser aceito pelo país importador nos pontos de entrada da mercadoria.

NÚMERO DE MERCADOS ABERTOS POR CONTINENTE DESDE JANEIRO DE 2019

CONTINENTE	Novos mercados
Américas	74
Ásia	57
África	18
Oceania	1
TOTAL	150

Fonte: MAPA

IMPORTÂNCIA DA COP-26

Em 2015, na 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-21/UNFCCC, nas siglas em inglês), o chamado Acordo de Paris limitou o aumento de temperatura média global a 2,0 ou 1,5 °C em 2100, tendo os países apresentado suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês).

No centro dos debates da COP-26, a ser realizada em Glasgow, na Escócia, em novembro próximo, estarão as revisões das NDCs apresentadas pelos países e o artigo 6 do Acordo de Paris, com a análise e a definição dos mecanismos do mercado de carbono. Nessa discussão, estarão em jogo projetos brasileiros importantes dos pontos de vista comercial, financeiro e ambiental. A decisão terá implicações para o capítulo focado em desenvolvimento sustentável do acordo entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE).

SETENTA ANOS DE COMBATE À FEBRE AFTOSA NAS AMÉRICAS

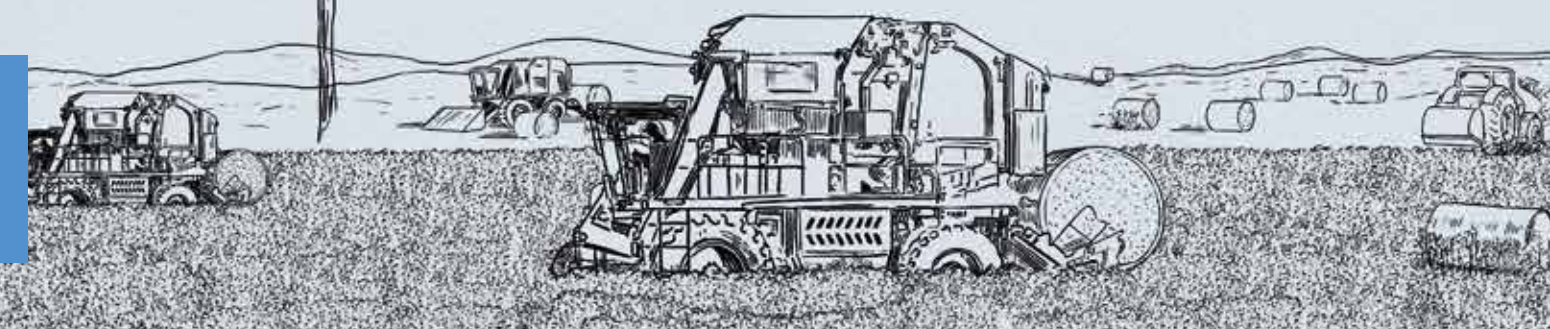
O Centro Pan-Americano de Febre Aftosa e Saúde Pública Veterinária (PANAFTOSA) – responsável por monitorar os programas de erradicação de febre aftosa na América do Sul e no Panamá – comemorou setenta anos ao final de agosto último. O plano de ação da entidade visa levar o continente sul-americano a alcançar o *status* de livre da doença até 2025. O Brasil não registra foco da doença desde 2006, estando na fase final de erradicação sem vacinação e partindo para o *status* sanitário de vigilância permanente.

Em maio último, a OIE reconheceu os estados do Acre, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Rondônia como zonas livres de febre aftosa sem vacinação. Segundo o MAPA, com essa decisão, são atingidos cerca de 40 milhões de cabeças de gado, o correspondente a 20% do rebanho bovino nacional. São cerca 60 milhões de doses anuais da vacina que deixarão de ser utilizadas contra a doença, o que representa uma economia de R$ 90 milhões.

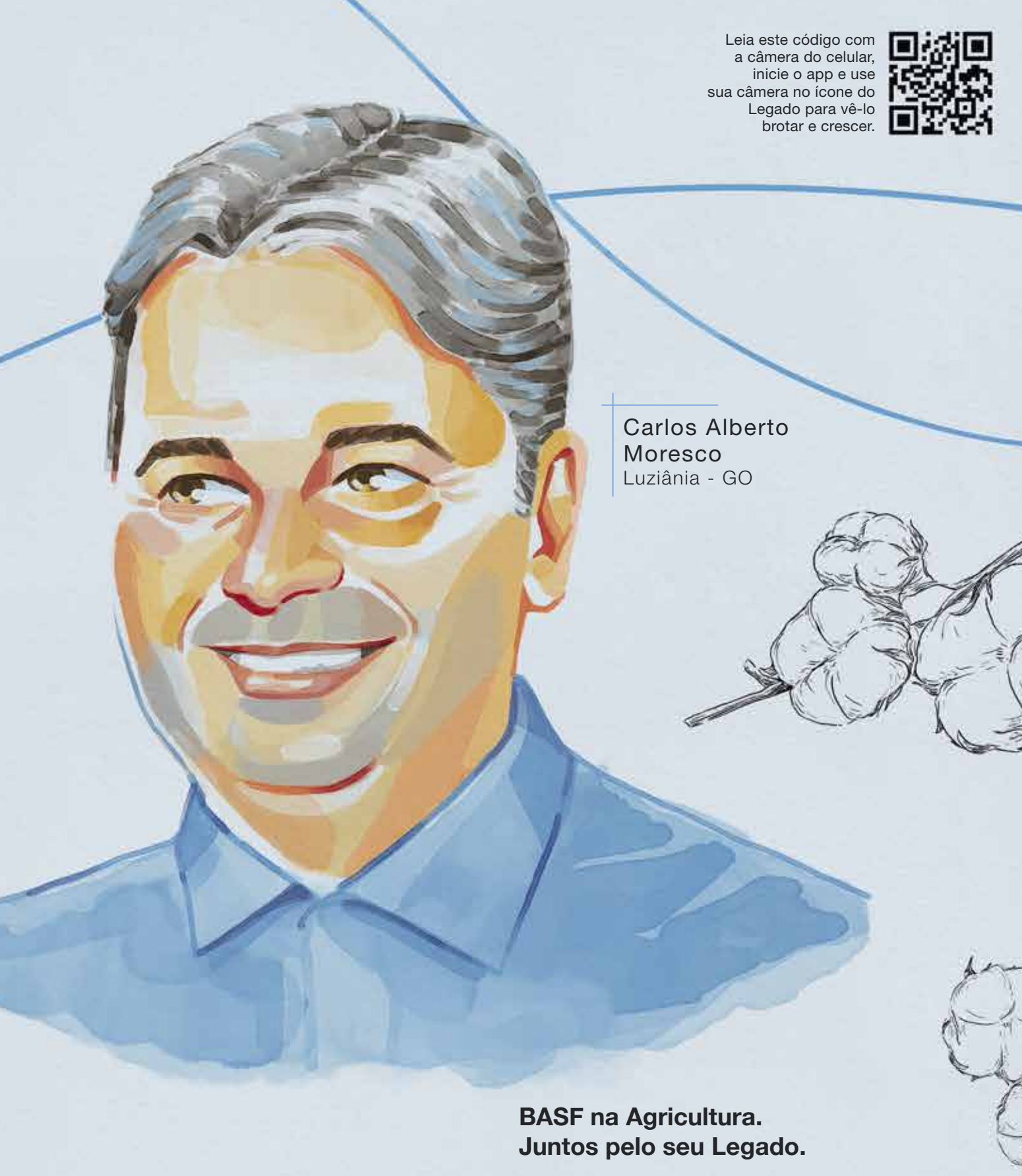
O Legado

DO CARLOS
É O LEGADO
DA BASF.

Um Legado não se constrói sozinho. É o sonho de um que, para se tornar realidade, envolve muitos. Fazer parte disso é o que inspira a BASF a buscar as melhores tecnologias, desenvolver as soluções ideais e oferecer serviços para todo o tipo de desafio. Porque, cada passo que o Legado de produtores como o **Carlos** avança, também nos leva muito mais longe.



Leia este código com a câmera do celular, inicie o app e use sua câmera no ícone do Legado para vê-lo brotar e crescer.



Carlos Alberto Moresco
Luziânia - GO

BASF na Agricultura.
Juntos pelo seu Legado.

BASF
We create chemistry

PAPEL DO ETANOL NA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL DO FUTURO

PLINIO M. NASTARI*

Na comparação a outras tecnologias de motorização, o etanol está em vantagem no quesito emissão de CO_2. No entanto, a opção pela combinação de motorização (combustão, eletricidade etc.) e energia para transporte utilizada (gasolina, etanol etc.) depende das características de cada país e da forma como a política pública medirá o impacto energético-ambiental.

À MEDIDA que conceitos de sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa (ESG, na sigla em inglês) avançam no mundo inteiro, é crescente, em energia para transporte, a busca por eficiência energética e menores emissões locais e globais. Como terceiro maior consumidor de energia para transporte, atrás apenas dos Estados Unidos e da China e à frente de gigantes populacionais como a Índia e a Indonésia e de economias pujantes como o Japão, a Rússia e todos os países da Europa, o Brasil tem um protagonismo relevante nessa área.

Em particular, chama a atenção o fato de que o País já substitui (desde 2020) 48% da sua gasolina automotiva por etanol, por meio da mistura de 27% de etanol anidro na gasolina, do uso de etanol hidratado pela frota *flex* – que representa mais de 86% da frota total de veículos – e da mistura de 13% de biodiesel ao diesel fóssil, produtos comercializados numa rede de mais de 41.700 postos de revenda distribuídos em um país continental. Portanto, quando muitos países e grandes montadoras de automóveis optam pela eletrificação em mobilidade, tem sido recorrente a dúvida sobre qual papel o etanol poderá desempenhar na mobilidade sustentável do futuro.

A eletrificação é uma tendência, pois o consumo energético de motorizações elétricas é menor, em torno de 0,7 megajoules por quilômetro (MJ/km), comparada à dos veículos equipados com motores de combustão interna (MCI), de 1,62 MJ/km. O problema começa quando se confunde eletrificação com uma das suas opções, o veículo elétrico a bateria (VEB). Existem outras opções de eletrificação, como os híbridos em paralelo e em série, e os veículos equipados com células a combustível, com ou sem reforma a bordo. Os híbridos e as células a combustível com reforma, ou extração de hidrogênio, a bordo operam com combustíveis líquidos. E, quanto mais limpos ou renováveis forem esses combustíveis, mais sustentáveis são essas soluções.

A combinação de motorização e energia para transporte a ser utilizada vai depender da geografia e das características de cada país ou região, e a opção a ser adotada vai depender de como a política pública medirá o impacto energético-ambiental. Se a política pública estiver interessada em medir apenas emissões de escapamento, o veículo a bateria pode ser considerado uma solução, mesmo utilizando energia elétrica de fonte fóssil. Esse é o conceito "tanque à roda", reconhecidamente parcial e incompleto. Se a política avaliar emissões relacionadas desde a geração da energia até o seu uso final, teremos uma avaliação mais completa, denominada "poço/campo à roda". Se a política avaliar emissões integrais, incluindo aquelas relacionadas à construção e ao descarte dos veículos e dos sistemas de geração de energia, seguirá o conceito "berço ao túmulo".

Algumas estratégias de controle de emissões têm sido baseadas em motorizações sem, contudo, se preocupar com a origem da energia. No conceito "poço à roda", veículos convencionais movidos a gasolina ou diesel na Europa e nos EUA emitem entre 122 e 150 gramas de CO_2 equivalente por quilômetro (g CO_2 eq./km). Usando o *mix* médio de eletricidade fóssil-renovável local, os VEBs emitem na Europa, em média, 92 g CO_2 eq./km. Reduzir emissões de 122 para 92 g CO_2 eq./km é um avanço, apesar do custo elevado do veículo, compensado parcialmente por subsídios que governos concedem a consumidores, e da nova infraestrutura que precisa ser criada para recarregar baterias. Mas esse nível de emissões ainda está muito acima dos 58 g CO_2 eq./km emitidos pelos veículos com MCI a etanol da frota *flex* no Brasil e dos 29 g CO_2 eq./km dos híbridos *flex* a etanol vendidos desde setembro de 2019.

Até 2032, é esperado que os VEBs emitam 74 g CO_2 eq./km, que os veículos com MCI a etanol tenham reduzido

as emissões a 38 g CO_2 eq./km e que os híbridos a etanol emitam 27 g CO_2 eq./km, o mesmo nível das células a combustível com etanol – isso tudo no conceito "poço à roda". Já no conceito "berço ao túmulo", a vantagem das motorizações a etanol é ainda maior.

Vários países têm condições de seguir o exemplo brasileiro, e outros não têm aptidão nem condições de produzir biocombustíveis em volume suficiente por limitações de terra, sol e água. Alguns desses países têm anunciado planos de expandir as gerações eólica e solar fotovoltaica, que são fontes intermitentes, armazenando-as na forma de hidrogênio gerado a partir da eletrólise da água utilizando essas energias renováveis. Mas são fontes de energia caras para ser geradas, armazenadas e distribuídas. O hidrogênio requer uma armazenagem em tanques de 500 a 900 bars de pressão (que são caros e arriscados) e, portanto, deverá expandir mais facilmente em unidades estacionárias para a produção de amônia e outras aplicações industriais.

Para distribuição em uma geografia dispersa, havendo condição de produção para tal, o etanol e o biogás e biometano gerados a partir de resíduos agroindustriais devem ser entendidos como hidrogênio envelopado na forma de combustível líquido, capturado, armazenado e distribuído de forma eficiente, econômica e segura. Estamos, sim, na Era do Hidrogênio, e, como declarou a Nissan em junho de 2016, ao anunciar o desenvolvimento de um revolucionário veículo equipado com Célula a Combustível de Óxido Sólido (SOFC, na sigla em inglês) – que dispensa o uso de metais raros –, "com a infraestrutura instalada de distribuição de etanol, o Brasil já resolveu o desafio de distribuição de hidrogênio".

Em tempo, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) estimou que o investimento para a construção de uma *smart grid* para recarga de baterias no Brasil é de US$ 210 bilhões a US$ 300 bilhões, o equivalente a duas reformas da previdência.

Portanto, existe um papel a ser desempenhado pelo etanol na mobilidade sustentável do futuro não só no Brasil, mas também em vários outros países, especialmente porque a sustentabilidade da sua produção é crescente por meio de rotas adicionais de aproveitamento da energia integral da cana e dos resíduos gerados com a sua industrialização. Isso tende a diminuir ainda mais as emissões nos conceitos mais completos de Avaliação de Ciclo de Vida (ACV). No entanto, é fundamental que investimentos em motorizações que utilizam etanol continuem a ser realizados pela indústria automotiva. ■

* Presidente da DATAGRO e do Instituto Brasileiro de Bioenergia e Bioeconomia (IBIO)



SHUTTERSTOCK

BOA EXPECTATIVA PARA O MERCADO DE LEITE

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO*

A previsão de aumento do consumo de produtos lácteos, somado a uma oferta de leite apertada e à redução dos custos de produção, projeta um cenário favorável para o produtor em 2022.

HÁ DOIS fatores no mercado de leite que devem ser acompanhados de perto nos próximos meses: (i) o provável aumento da produção de leite devido à volta das chuvas; e (ii) o aumento da demanda interna por leite e derivados, que foi prejudicada pela crise econômica e pela pandemia.

O indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF), calculado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), registrou altas no consumo de lácteos entre junho e agosto últimos, revelando um cenário mais positivo no lado da demanda. No entanto, para o último trimestre do ano, não se espera que haja grandes incrementos no consumo doméstico.

Para 2022, o cenário mais "apertado" do lado da oferta de matéria-prima (leite cru), combinado com a expectativa mais positiva de recuperação na demanda, reflete a perspectiva favorável para a manutenção dos preços do leite em patamares mais altos.

Outro ponto importante a ser analisado consiste na previsão de aumento nas produções de milho e soja no Brasil para a safra 2021/22, com menor pressão sobre os custos de produção, especialmente com relação à alimentação concentrada.

O COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços do leite pago ao produtor subiram de março a agosto deste ano. Considerando a média nacional ponderada dos dezoito estados pesquisados pela Scot Consultoria, a alta foi de 15,1%. Em algumas bacias leiteiras, os aumentos ultrapassaram 25% no mesmo intervalo.

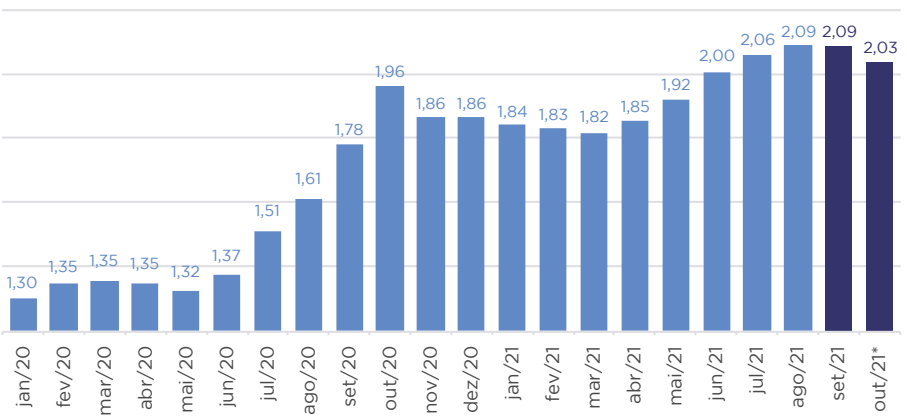
Na comparação a agosto de 2020, o produtor está recebendo 29,7% a mais neste ano. No entanto, como os custos de produção subiram 30,0% no mesmo período, as margens se mantiveram apertadas para o produtor.

OFERTA INTERNA MAIS AJUSTADA

Apesar de a produção de leite aumentar nas principais bacias leiteiras das regiões Sul e Sudeste do País, os incrementos têm sido menores neste ano, em função do clima adverso, com as geadas em julho, além dos custos de produção mais altos. Assim, o cenário foi de concorrência para as indústrias pela aquisição de matéria-prima (leite cru) nos últimos meses.

Para uma comparação, o volume de leite captado no País em julho deste ano aumentou 5,2% frente a junho último. A produção cresceu com força no Sul e, em menor intensidade, no Sudeste e no

BRASIL: COTAÇÃO MÉDIA DO LEITE AO PRODUTOR
(R$/LITRO, SEM FRETE)



*Expectativa
Fonte: Scot Consultoria

Brasil Central. Entretanto, em relação a julho de 2020, o volume captado foi 4,9% menor neste ano. Já em agosto último, o volume captado cresceu 0,1% na comparação mensal, mas foi 7,3% menor frente a agosto do ano passado.

EXPECTATIVAS DE CURTO PRAZO

Uma pesquisa de preços junto aos laticínios referente à produção entregue em agosto último, e cujo pagamento ocorreu no mês seguinte, apontou: viés de estabilidade dos preços para 68% dos laticínios entrevistados; alta para 29% deles; e queda para 3%.

Nos estados do Sul, foram apurados manutenção e queda de preços, respectivamente, para 85% e 15% dos laticínios. Normalmente, a produção aumenta nesse mês sob influência das pastagens de inverno, que darão lugar às lavouras de verão na região.

Considerando o pagamento a ser realizado neste mês de outubro, correspondente à produção entregue em setembro último, a conjuntura indica baixa no mercado, mas com recuos mais comedidos nesse primeiro momento.

A previsão de pressão de queda nos preços ganha força para o pagamento a ser realizado em novembro próximo. A previsão é de chuvas mais regulares e em maiores volumes no Brasil Central. Com isso, há uma recuperação das pastagens e, consequentemente, um aumento mais expressivo na produção.



SHUTTERSTOCK

DE OLHO NO CLIMA

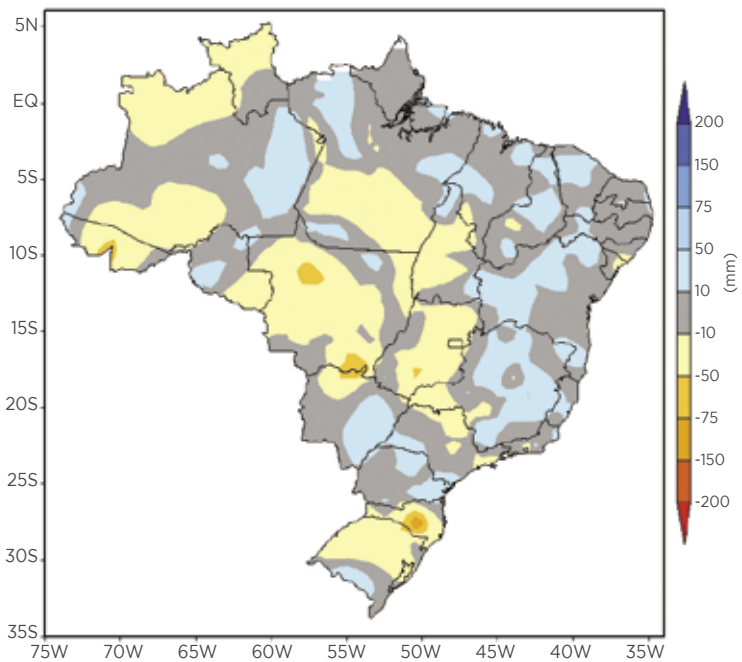
Neste mês e em novembro próximo, as chuvas regulares no Brasil Central e no Sudeste devem melhorar as condições das pastagens e amenizar o peso do custo com alimentação, enquanto a produção de leite cresce com mais força. É o início da safra de leite nessas regiões.

Desta forma, as precipitações desempenham um papel fundamental na recuperação do capim e, consequentemente, nos impactos sobre a produção de leite no País.

Destacamos que, em setembro último, em boa parte do Brasil Central, no Sudeste, no Nordeste e no Paraná, as precipitações ficaram abaixo da média histórica (normal climatológica). Os déficits variaram entre 25 e 100 milímetros frente à média histórica.

Para este mês de outubro, a previsão para Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Bahia, entre outros estados, é de que as precipitações estejam mais dentro da normalidade. Em alguns municípios, espera-se volumes até 10 a 50 milímetros acima da média histórica do período. Para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as projeções são de que as chuvas fiquem abaixo da média neste mês. ■

BRASIL: PREVISÃO DE ANOMALIAS (DESVIOS) DAS CHUVAS EM OUTUBRO DE 2021 (MILÍMETROS)



Fonte: CPTEC/INPE

* Zootecnista da Scot Consultoria

MILHO: CLIMA E CUSTOS DEFINIRÃO O RESULTADO

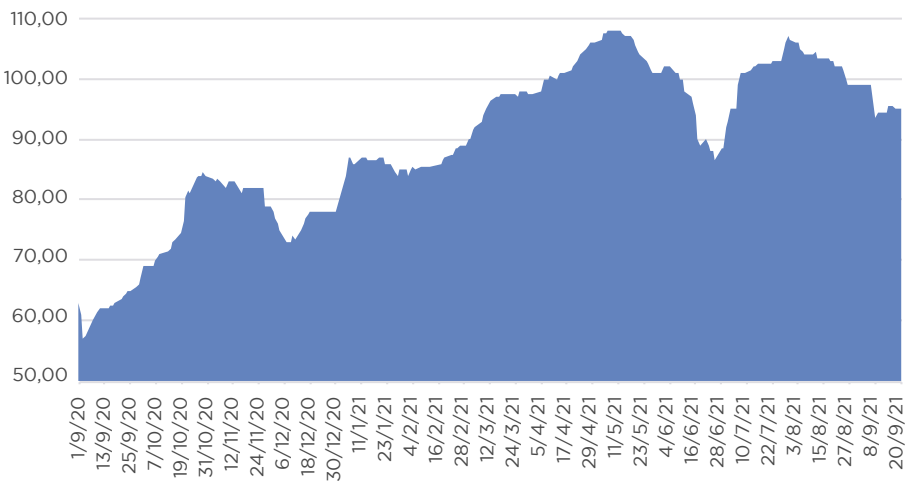
RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO*

Com um cenário de preços mais baixos e custos mais altos, o lucro médio do produtor de milho de Mato Grosso será de R$ 3.232,76 por hectare na safra 2021/22. Já no Paraná, o lucro médio deve ser de R$ 2.365,64, quase dobrando em relação ao lucro de 2020/21. O produtor deve fazer uma boa gestão da comercialização, travando os seus preços e garantindo o resultado.

OS PREÇOS do milho caíram no mercado brasileiro. Segundo um levantamento da Scot Consultoria, a referência na região de Campinas-SP estava em R$ 95,00 por saca de 60 quilos em 20 de setembro último – um recuo de 10,8% em relação a agosto. Apesar das recentes quedas, o cereal está custando 49,6% mais na comparação a setembro do ano passado.

A recente pressão de baixa deve-se a uma maior oferta interna e a uma maior intenção do vendedor em negociar. Colaboraram para o aumento da oferta o avanço da colheita de milho 2ª safra (2020/21), na reta final em meados de setembro, e as importações brasileiras de milho em alta. Em setembro último, até a segunda semana, o volume médio diário importado do cereal aumentou 284,0% frente à média de setembro de 2020, totalizando 26,84 mil toneladas importadas diariamente (segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX).

CAMPINAS-SP: PREÇOS DO MILHO EM GRÃO NA REGIÃO
(R$ POR SACA DE 60 QUILOS)



Fonte: Scot Consultoria

EXPECTATIVAS

Para o curto prazo, com a colheita de milho concluída no País e o aumento da oferta interna, o viés é de baixa para as cotações do cereal no mercado brasileiro, mesmo com as fortes revisões para baixo nas produtividades médias das lavouras nesse ciclo.

No entanto, deve-se prestar atenção à demanda interna por milho nos próximos meses, especialmente pelos setores de aves e suínos, que estão se abastecendo para atender os incrementos sazonais na produção nesse período, com o objetivo de dar conta da maior procura por essas proteínas no último trimestre do ano.

A questão dos estoques internos mais enxutos ao final da temporada 2020/21 deverá ser sentida pelo mercado com mais força no médio prazo, ou seja, no primeiro trimestre de 2022, quando a menor disponibilidade interna (sazonalmente) e as incertezas com relação à segunda safra de milho dão sustentação às cotações do cereal no País.

A projeção inicial da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é de aumento de 3,0% na área semeada

com milho no Brasil na safra 2021/22 em relação à safra que está se encerrando (2020/21). Se o clima ajudar e for confirmada uma produtividade melhor – que resultaria em um aumento da produção –, há espaço para quedas mais fortes no preço do milho no Brasil no segundo e no terceiro trimestres de 2022.

No mercado internacional, destacamos o início da colheita de milho nos Estados Unidos (2021/22). O aumento da oferta do cereal nesse país deverá pressionar para baixo as cotações no mercado externo em curto e médio prazos. Estão previstos 380,93 milhões de toneladas, acima dos 360,23 milhões de toneladas colhidos na safra passada (2020/21).

Por fim, a Argentina também deverá aumentar a produção de milho em 2021/22, estimada em 53 milhões de toneladas, frente a 50 milhões de toneladas colhidos em 2020/21.

Com relação aos estoques mundiais, estão previstos 297,63 milhões de toneladas de milho ao final de 2021/22, frente aos 286,48 milhões de toneladas em estoques previstos para o final do ciclo 2020/21.

RESULTADOS ECONÔMICOS

A seguir, apresentamos as estimativas de resultados econômicos para o milho 2ª safra (safra de inverno) em Mato Grosso e no Paraná no ciclo passado (2019/20), na temporada que está terminando (2020/21) e na próxima safra (2021/22).

Destacamos a forte alta nos custos de produção em 2021/22, principalmente os preços dos adubos, dos defensivos agrícolas e das sementes, que, em alguns casos, mais do que dobraram em relação à safra que está sendo concluída (2020/21).

Além da demanda aquecida por esses insumos, o câmbio em patamar elevado pesou sobre as cotações dos insumos em reais, principalmente aqueles que o Brasil importa em maiores volumes, como é o caso dos adubos e dos defensivos agrícolas.

MATO GROSSO: ESTIMATIVAS DE RESULTADOS ECONÔMICOS PARA O MILHO EM GRÃO 2ª SAFRA

MILHO (SAFRA DE INVERNO)	2019/20	2020/21	2021/22*
Custos de produção (R$/hectare)	3.060,00	3.380,00	4.067,24
Produtividade média (sacas/hectare)	109,0	93,5	100,0
Preço médio de venda (R$/saca)	50,47	76,94	73,00
Receita (R$/hectare)	5.501,23	7.196,97	7.300,00
LUCRO (R$/HECTARE)	**2.441,23**	**3.816,97**	**3.232,76**

*Estimativa
Fonte: Scot Consultoria; IMEA

PARANÁ: ESTIMATIVAS DE RESULTADOS ECONÔMICOS PARA O MILHO EM GRÃO 2ª SAFRA

MILHO (SAFRA DE INVERNO)	2019/20	2020/21	2021/22*
Custos de produção (R$/hectare)	3.501,52	3.972,74	4.604,36
Produtividade média (sacas/hectare)	83,5	57,2	85,0
Preço médio de venda (R$/saca)	50,18	90,77	82,00
Receita (R$/hectare)	4.191,70	5.192,04	6.970,00
LUCRO (R$/HECTARE)	**690,18**	**1.219,31**	**2.365,64**

*Estimativa
Fonte: Scot Consultoria; IMEA

Olhando para Mato Grosso com relação aos preços de venda do milho, foi considerada, para o ciclo 2020/21 (que está sendo finalizado), a média de julho de 2020 a junho de 2021, de R$ 76,94 por saca de 60 quilos, mas destacamos que a referência chegou, na máxima, a R$ 85,00 no estado.

Para a temporada seguinte (2021/22), estimamos um preço médio de venda do milho de R$ 73,00 por saca de 60 quilos, 5,1% menor do que a média de 2020/21 no estado. Essa projeção considera um cenário mais positivo de clima e a consolidação de uma produção maior na segunda safra, que vai ser semeada no primeiro trimestre de 2022. Desta forma, por ora, estimamos um rendimento médio de 100,0 sacas por hectare em Mato Grosso, 6,9% acima da média de 93,5 sacas na temporada 2020/21.

Assim, a estimativa é de um lucro médio de R$ 3.232,76 por hectare de milho na safra 2021/22, 15,3% abaixo do estimado para o ciclo que está se encerrando (2020/21), quando o lucro médio foi de R$ 3.816,97 por hectare.

Apesar do recuo no lucro frente à safra anterior, os resultados previstos para a safra 2021/22 estão acima dos de 2019/20, quando o lucro médio foi de R$ 2.441,23 por hectare.

Por sua vez, no Paraná, os resultados em 2020/21 foram prejudicados pela queda forte na produtividade das lavouras, que, em alguns casos, diminuíram 50% a 60% frente à safra anterior, devido ao clima mais adverso na temporada, incluindo as geadas em julho/agosto.

Assim, no estado, o lucro médio foi de R$ 1.219,31 por hectare de milho em 2020/21. Devido à recuperação expressiva da produtividade, mesmo considerando um recuo no preço, a expectativa para 2021/22 é de um lucro de R$ 2.365,64 por hectare – um aumento de 94,0% em relação à safra anterior. Mas, para isso se confirmar, o clima precisa colaborar... ■

* Zootecnista da Scot Consultoria

OS BENEFÍCIOS DE O PRODUTOR APORTAR TERRAS EM UM FIAGRO

ANDRÉ RICARDO PASSOS DE SOUZA*

Ao fazer o aporte das suas terras em um Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), o produtor é capaz de maximizar a sua renda e a sua capacidade de financiamento

NO ARTIGO da edição passada da ***Agroanalysis***, vimos de que forma o produtor pode utilizar ferramentas financeiras como o Fiagro – que ainda é uma grande novidade no agronegócio brasileiro – para maximizar a sua renda no campo e melhorar o perfil de crédito e, até mesmo, a sua governança, impactando, por decorrência lógica, a sua capacidade de obtenção de recursos financeiros junto ao mercado de capitais.

Dessa vez, veremos que que, ao integrar a sua terra ao Fiagro, o produtor poderá aumentar significativamente a sua capacidade de tomar crédito junto às instituições financeiras, por meio da valorização da sua terra oferecida como garantia nos contratos de financiamento. Além disso, é necessário que, neste nosso espaço, possamos explicitar **como** os ganhos de valorização real do seu ativo mais importante, a sua terra, poderão ser espelhados na sua declaração de rendimentos e tratados para fins de Imposto de Renda (IR).

SHUTTERSTOCK



Assim, podemos dizer que uma operação financeira que redunda patrimonialmente para o produtor na "troca" da propriedade direta das suas terras pela propriedade das quotas de um Fiagro (aporte para constituição do fundo) é, em si mesma, geradora de um ganho efetivo para o produtor, por conta da (re)avaliação das suas terras a valor de mercado para integralização (pagamento) pela aquisição das quotas de um Fiagro.

Ocorre que tal ganho de capital, a mais-valia capturada pelo produtor decorrente da (re)avaliação das terras aportadas pelo produtor no Fiagro em pagamento das suas quotas (a sua participação) no fundo a valor de mercado contém uma previsão expressa na própria legislação que instituiu o Fiagro – a Lei nº 14.130/21 – para que não seja tributada na declaração de rendimentos desse produtor rural enquanto não forem resgatadas ou vendidas tais quotas, ou seja, durante o tempo em que o produtor mantiver o seu imóvel rural aportado no Fiagro. Vejamos a tabela.



CÁLCULO DO DIFERIMENTO DO IR SOBRE O GANHO DE CAPITAL DO PRODUTOR RURAL NA CONSTITUIÇÃO/ APORTE DO IMÓVEL RURAL NO FIAGRO

APURAÇÃO DO GANHO/BENEFÍCIO FISCAL DO PRODUTOR	Valor (R$)
(A) Valor do imóvel aportado no Fiagro (trocado por quotas do fundo e (re)avaliado no aporte)	20.000.000,00
(B) Valor do imóvel na declaração de IR do produtor	11.000.000,00
(C) RESULTADO (A - B)	**9.000.000,00**
(D) APURAÇÃO DO IR SOBRE O GANHO DE CAPITAL DO PRODUTOR RURAL (15,0% A 22,5% A DEPENDER DO VALOR DO GANHO) (C X 17,5%)*	**1.575.000,00 (9.000.000 x 17,5%)**
(E) IR sobre o ganho de capital na (re)avaliação do imóvel diferido (art. 20-E da Lei nº 14.130/21)	1.575.000,00
(F) RESULTADO (D - E) = IR A PAGAR SOBRE O GANHO DE (RE)AVALIAÇÃO DE IMÓVEL RURAL	Zero

*Alíquotas progressivas do IR sobre o ganho de capital: 15,0% até R$ 5 milhões ganhos; 17,5% de R$ 5 milhões até R$ 10 milhões ganhos; 20,0% de R$ 10 milhões até R$ 30 milhões ganhos; e 22,5% acima de R$ 30 milhões ganhos

Isso significa que, na prática, enquanto o produtor operar por meio do arrendamento das suas terras no Fiagro, capturando as rendas isentas do arrendamento rural – conforme demonstramos na edição anterior da ***Agroanalysis*** –, ele, ao mesmo tempo, difere a tributação do ganho de capital da mais-valia da terra, que é gerada automaticamente no aporte da sua propriedade (re)avaliada quando do pagamento das suas quotas no Fiagro.

Desta forma, conforme mencionado no início do artigo, podemos dizer que, além de auferir ganhos tributários relevantes na própria operação de seu negócio por meio do Fiagro, os produtores que integralizarem suas terras nesses fundos poderão aumentar significativamente sua capacidade de levantar mais recursos financeiros para a utilização em seus negócios no campo. Isso porque passarão a deter, em sua declaração de rendimentos, um bem (quotas de Fiagro) que corresponderá a um valor nominal e de mercado bem maior do que aquele bem (imóvel rural) que deu causa a tal integralização, conforme se verifica no demonstrativo de cálculo da tabela (linha C, de resultado).

Ora, mais recursos significarão mais dinheiro disponível para investimentos no negócio do próprio produtor, ao passo que garantias mais líquidas, como quotas de fundo de investimento (re) avaliadas e registradas em bolsa, por exemplo, poderão significar, também, mudanças nos paradigmas e nos custos de registro de garantias para essas operações de crédito aos produtores rurais.

Além disso, é importante frisar que, se – e quando – esse produtor vier a ter de pagar esse IR sobre o ganho de capital que restou diferido na sua contabilidade pessoal (declarações de IR) durante o tempo em que mantiver o seu investimento no Fiagro, o referido imposto poderá ser apurado considerando uma modalidade específica de apuração do IR sobre o ganho de capital aplicável aos imóveis rurais, conforme uma previsão contida na Lei nº 9.393/96, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Mas essa é outra história, que contaremos mais adiante neste espaço. Bons negócios e até já! ■

*Professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio-fundador do Passos e Sticca Advogados Associados (PSAA)

2dcb.com.br



#Conectividade #Simplicidade #Integração **#EKOS**

Chegou o momento de ter o controle integrado da gestão de suas operações agrícolas.

EKOS

Conheça o **EKOS**, o software de gestão de operações agrícolas multimarcas da Jacto Next. Integre informações de telemetria e máquinas em uma única plataforma, de um jeito prático e inovador.

O futuro da agricultura para sua gestão!

jacto.com

Escaneie o **QR Code** para falar com um especialista e descobrir mais sobre essa **solução**!

jacto next

GESTÃO À VISTA NO CAMPO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR



FELIPPE ANTONELLE GONÇALVES
Gerente de Negócios da Jacto Next

PREOCUPADOS COM a segurança alimentar, os consumidores exigem uma agricultura mais segura para a saúde do Planeta e da população. Por conta disso, os governos implantam medidas para assegurar o correto manejo dos alimentos, com legislações rigorosas sobre o uso de agentes físicos, químicos e microbiológicos.

Sendo assim, as melhores práticas de controle da qualidade na agricultura vão além da vantagem competitiva. Trata-se de preocupação de saúde pública e respeito ao meio ambiente.

GESTÃO À VISTA NAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

A digitalização da agricultura estabelece as bases para o funcionamento de um ecossistema online com quatro participantes:

- o agricultor;
- os negócios, com fornecedores, clientes, parceiros e comunidades dentro e fora da porteira;
- os sistemas de informação – plataformas, *apps* e outras soluções integradoras; e
- todas as "coisas" presentes na propriedade – talhões, máquinas, sensores, *drones*, estações meteorológicas e armadilhas eletrônicas.

As melhores práticas para aprimorar o processo de produção alimentar começam com a chamada **gestão à vista**, com práticas para visualizar as informações geradas por esse ecossistema conectado.

Já as vantagens competitivas crescem conforme aumentam as informações disponíveis e a experiência do produtor no uso dessas tecnologias.

PLATAFORMA DE AGRICULTURA 4.0

As "coisas" dentro da porteira, como a plataforma agnóstica Ekos, de agricultura 4.0, na Jacto, mostram os ganhos possíveis de o agricultor saber o que acontece em cada ponto da propriedade, de forma online, 24 horas por dia, sete dias por semana.

Entre os benefícios práticos observados e relacionados com os requisitos exigidos para segurança alimentar, destacam-se:

- **Economia de insumos de até:**
  - 5% de defensivos, com equipamentos de alta precisão, gestão pontual da lavoura e treinamento dos envolvidos;
  - 10% de defensivos ao comparar um pulverizador a outro sem controle de pulverização bico a bico; e
  - 15% de fertilizantes ao comparar tecnologias diferentes de aplicação de adubo, como, por exemplo, corte de seções.
- **Rastreabilidade nas operações**
  - Por meio do monitoramento pontual das informações, integrado com o *software* de gestão da fazenda (ERP), conhecem-se os custos por fazenda, talhão, cultura e operação agrícola. O cruzamento dessas informações permite racionalizar o uso de insumos.
  - A plataforma Ekos preserva o histórico das operações agrícolas, com um intervalo de segurança para respeitar o número de dias entre a última aplicação e a colheita, seguindo o recomendado na bula do produto.
- **Melhoria contínua**
  - Um pulverizador com assistência de ar melhora o controle sanitário, com 5% a mais de soja por hectare.
  - A adoção de uma rede online de estações meteorológicas melhora a previsão do clima, com as operações agrícolas sendo realizadas na hora certa.

Esses processos reduzem os custos de produção e melhoram a eficiência da mão de obra e dos maquinários. O campo conectado permite medir, comparar e mudar as atividades sempre que necessário. Isso fortalece a segurança alimentar no Brasil. ■

LCA: O TÍTULO DE CRÉDITO BANCÁRIO PARA O AGRO

LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI*

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma importante fonte de recursos do crédito rural. Este artigo apresenta como as suas operações, lastreadas em títulos de crédito do agro, são estruturadas.

A LCA foi criada pela Lei nº 11.076/04, junto a outros títulos do agronegócio – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário (CDA/WA) –, e pode-se afirmar que foi o primeiro título a ganhar liquidez rapidamente.

A LCA é um título de crédito de emissão bancária que possui lastro em diversos recebíveis do agronegócio (ver *boxe*) e cuja finalidade é captar recursos dos seus clientes investidores e direcioná-los ao setor agro (clientes tomadores de crédito).

Trata-se de um título de renda fixa, pré ou pós-fixado, cujos rendimentos possuem isenção de Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas (Decreto nº 9.580/18).

Além das características básicas, a LCA pode conter uma cláusula de correção pela variação cambial, desde que todos os títulos que a lastreiam contenham esse mesmo dispositivo.

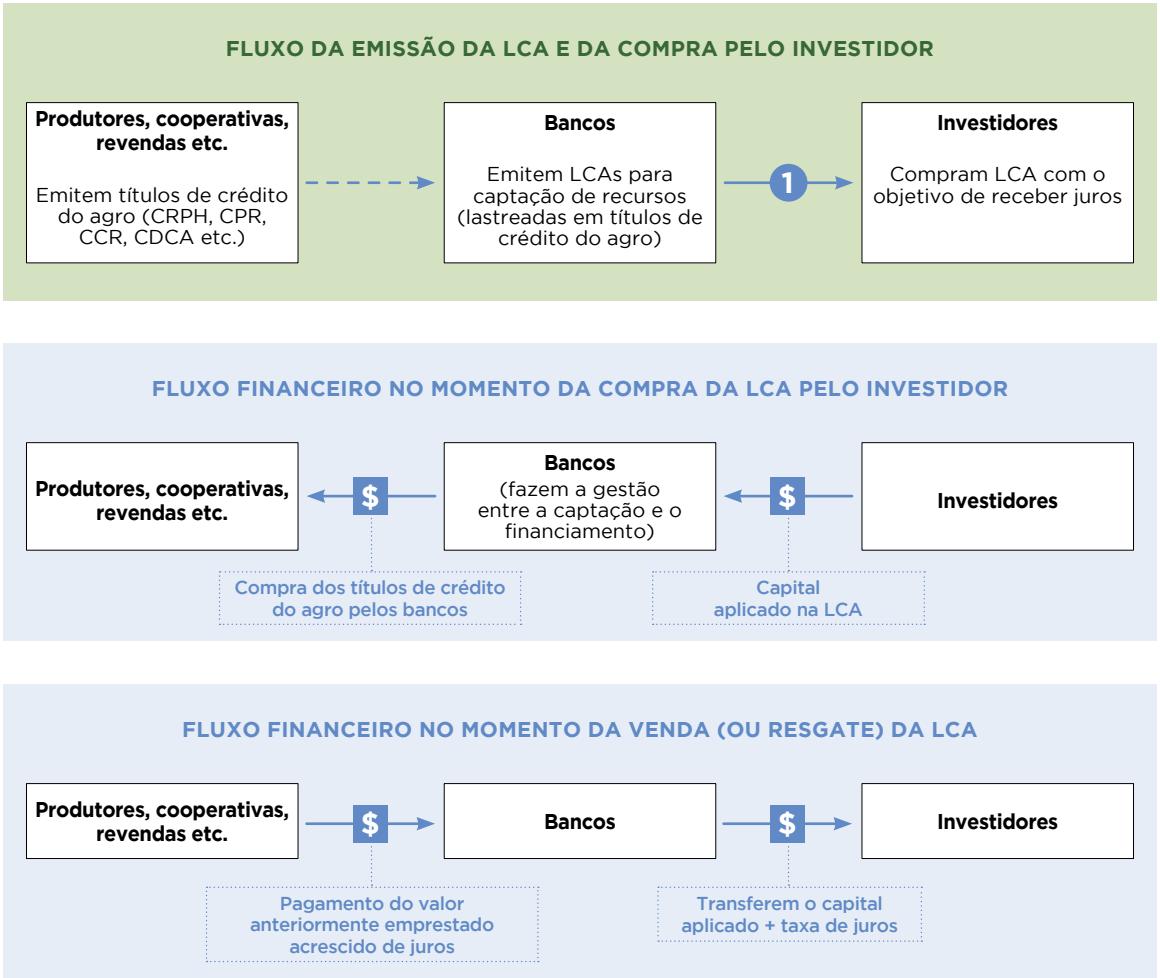
O emissor da LCA tem o direito de penhor sobre os lastros a ela vinculados. Diante disso, os lastros (títulos de crédito) não podem ser penhorados ou arrestados por terceiros em função de dívidas dos respectivos emitentes dos lastros da LCA.

É possível observar na figura como funciona uma operação de LCA. Note que, no momento da aquisição da LCA pelo investidor, o banco atua como o agente emissor do título e, no momento do vencimento (ou venda), o banco realiza a compra, pagando o principal acrescido da taxa de juros.

O casamento (de valores e datas de vencimento) entre a emissão/liquidação da LCA e a aquisição/liquidação dos lastros (conforme a figura) é responsabilidade do banco emissor. Assim, entre o momento de emissão e o vencimento da LCA, tanto os lastros como a própria LCA devem estar registrados em uma Infraestrutura de Mercado Financeiro (IMF, entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil – BCB – ou pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM – a exercer a atividade de registro ou de depósito centralizado de ativos financeiros e de valores mobiliários).

TÍTULOS DE DIREITO CREDITÓRIO OU RECEBÍVEIS QUE PODEM SER UTILIZADOS COMO LASTROS:

- Cédula de Crédito Bancário (CCB);
- Cédula de Crédito Rural (CCR);
- Cédula de Produto Rural (CPR);
- Cédula Rural Hipotecária (CRH);
- Cédula Rural Pignoratícia (CRP);
- Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária (CRPH);
- CDA/WA;
- CDCA;
- Contrato Mercantil de Mercadorias (CMM);
- Duplicata Rural (DR);
- Nota de Crédito Rural (NCR);
- Nota Promissória Rural (NPR);
- entre outros relacionados ao agronegócio.



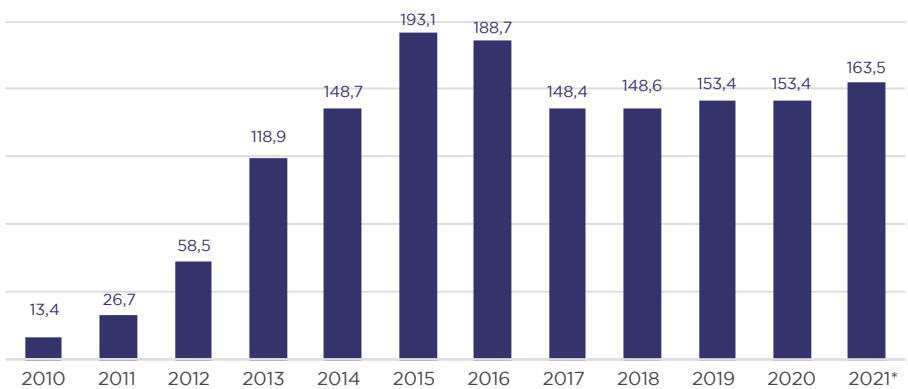
OPERAÇÃO DE LCA

Analisando-se a evolução do estoque de LCAs desde 2010, nota-se que há duas fases distintas: na primeira, houve um expressivo crescimento até metade da década de 2010; e, na segunda, até os dias atuais, houve uma estabilização do estoque de títulos, o que sugere que as emissões alcançaram um teto, como se pode observar no gráfico sobre o tema.

Quanto à participação no total de títulos de emissão bancária, a LCA representava 7,0% do estoque de R$ 2,34 bilhões em agosto último. Em relação ao Certificado de Depósito Bancário (CDB), principal título emitido pelos bancos, a LCA representa 10,6%.

Por ser um título de emissão bancária, a LCA possui cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC, acessível por meio do site www.fgc.org.br). Este garante até R$ 250 mil por CPF/CNPJ em uma mesma instituição (ou conglomerado). Caso o investidor tenha investimentos em mais de uma instituição, o limite total sobe para R$ 1 milhão a cada quatro anos (sendo que o limite de R$ 250 mil por instituição permanece inalterado).

ESTOQUE DE LCA
(R$ BILHÕES)



*Até julho
Fonte: Anbima

VOLUME DE LCA DIRECIONADO AO CRÉDITO RURAL
(R$ MILHÕES)

SAFRA	LCA (não controlada)				
	Comercia-lização	Custeio	Industria-lização	Investi-mento	TOTAL
2017/18	R$ 8.379	R$ 9.279	R$ 469	R$ 2.676	**R$ 20.803**
2018/19	R$ 10.477	R$ 15.947	R$ 1.468	R$ 1.704	**R$ 29.596**
2019/20	R$ 6.799	R$ 17.232	R$ 1.149	R$ 1.716	**R$ 26.896**
2020/21	R$ 5.755	R$ 21.229	R$ 1.026	R$ 2.842	**R$ 30.852**

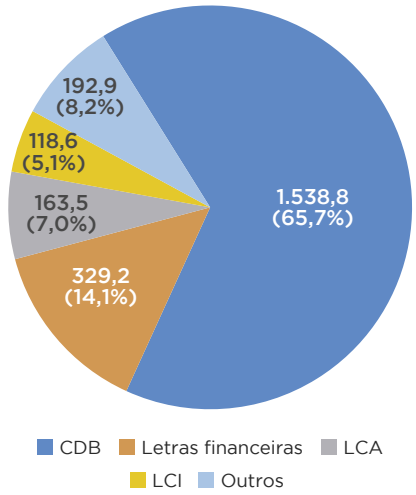
Fonte: Derop/BCB; elaboração pelo autor

COMPARAÇÃO ENTRE AS TAXAS DE JUROS DA LCA, OS PLANOS SAFRA E A SELIC
(DE 1º DE JULHO A 30 DE JUNHO)

SAFRA	LCA	Plano Safra custeio (empresarial)	Selic
2017/18	10,1%	8,5%	7,36%
2018/19	9,1%	7,0%	6,32%
2019/20	8,0%	8,0%	4,60%
2020/21	6,8%	6,0%	2,28%

Fonte: Derop/BCB; MAPA

ESTOQUE DOS TÍTULOS BANCÁRIOS EM AGOSTO DE 2021
(BILHÕES)



*Cédula de debêntures, Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE), letra de câmbio e Recibo de Depósito Bancário (RDB)
Nota: LCI = Letra de Crédito Imobiliário
Fonte: Anbima

PARTICIPAÇÃO DA LCA NO CRÉDITO RURAL

A LCA transformou-se numa importante fonte de *funding* para o crédito rural, uma vez que, de acordo com as normas do Manual de Crédito Rural (MCR), as instituições financeiras emissoras devem aplicar 35% do volume captado em crédito rural, conforme metodologia específica. Nesse caso, as taxas de juros são livremente pactuadas entre o banco e o tomador do crédito.

Dos 35%, metade pode ser aplicada em CPR, CDA/WA, CDCA, CRA e/ou quotas de fundos garantidores de operações de crédito com produtores rurais.



SHUTTERSTOCK

Podemos ver que há, exposta em tabela, a comparação das taxas de juros (no período) praticadas nas quatro últimas safras. Na safra 2018/19, a taxa de mercado praticada pela LCA foi 2,0% a.a. superior à do Plano Safra (maior diferença), enquanto, na safra 2019/20, não houve diferença de taxa entre as fontes de crédito.

A igualdade das taxas da LCA e do Plano Safra em 2019/20 é explicada pelo fato de a taxa do Plano Safra ser determinada no início do ano-safra e a taxa da LCA ser uma taxa média no período, a qual refletiu a queda da taxa de juros no primeiro semestre de 2020. ■

*Consultor financeiro no agronegócio, membro do Conselho de Administração da Enova Holding (Seguradora Sombrero) e professor dos Programas de Pós-graduação Lato Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Fundação Getulio Vargas (FGV) – luiz.caffagni@sombreroseguros.com.br

SEGURANÇA ALIMENTAR NÃO SE REFERE APENAS A PRODUÇÃO

TALITA PRISCILA PINTO*

Relatórios recentes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que a segurança alimentar vai muito além da capacidade de produzir alimentos.

SEGUNDO A OCDE, o mundo precisa desenvolver respostas políticas eficazes para enfrentar o "desafio triplo" dos sistemas alimentares: (i) fornecer segurança alimentar e nutricional para uma população mundial que deve se aproximar de 10 bilhões de pessoas em 2050; (ii) fornecer renda para milhões de agricultores e demais atores envolvidos nas cadeias alimentares; e (iii) fazer isso de forma ambientalmente sustentável.

Dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), quase todos vinculam-se direta ou indiretamente aos sistemas alimentares. Com apenas dez anos restantes para realizar os ODS, é necessário que o mundo desenvolva respostas políticas eficazes. Enfrentar o triplo desafio promovendo sistemas alimentares mais produtivos, sustentáveis e resilientes é, portanto, a chave para alcançar os ODS até 2030.

A OCDE pontua que os sistemas alimentares em todo o mundo não estão no caminho certo para atingir esses objetivos. Globalmente, mais de 800 milhões de pessoas estão subnutridos e um número ainda maior está com sobrepeso ou obesidade. Essas e outras formas de desnutrição estão associadas ao aumento de problemas relacionados à saúde pública e à economia. Nos países da OCDE, por exemplo, o excesso de peso e as condições relacionadas reduzirão o Produto Interno Bruto (PIB) em cerca de 3,3%, até 2050.

Além disso, apesar de os ganhos em produtividade agrícola terem possibilitado que os consumidores tenham tido acesso a alimentos mais baratos, os preços mais baixos pressionaram a renda de muitos agricultores, aumentando a competição e dificultando a vida no campo. O resultado em alguns países foram grandes migrações rural-urbanas. Outro aspecto negativo acerca dos sistemas alimentares é o dano ambiental, já que eles são responsáveis por 21% a 37% das emissões de gases do efeito estufa (GEE) causadas pelo homem, principalmente por meio de mudanças no uso da terra e da produção agrícola.

Embora esses problemas possam ser interpretados como evidência de que os sistemas alimentares tenham fracassado, há conquistas notáveis nas três dimensões do triplo desafio. Enquanto a população mundial mais do que dobrou desde 1960, saltando de 3,0 bilhões para 7,5 bilhões de pessoas, a produção agrícola triplicou, gerando relevantes implicações nutricionais e de acessibilidade alimentar. Além disso, o uso da terra cresceu proporcionalmente menos, cerca de 10% a 15%, o que foi possível dado o progresso tecnológico, que garantiu um aumento da produtividade em nível global e beneficiou bilhões de pessoas em todo o mundo.

Desta forma, deve-se entender que, apesar de o aumento da produção agrícola se mostrar necessário, ele não é suficiente e depende de políticas públicas eficazes para que os seus benefícios sejam maximizados. Atualmente, existem grandes lacunas entre as políticas que seriam eficazes para enfrentar o triplo desafio e as que são adotadas em muitos países. Isso ocorre porque políticas que visam melhorar os resultados em uma das dimensões do desafio triplo também podem afetar outras dimensões. Dadas essas interações complexas e em várias camadas, projetar políticas melhores pode ser um desafio.

Em primeiro lugar, a OCDE pontua que é essencial entender se – e quando – uma intervenção política é necessária. No contexto dos sistemas alimentares, essa intervenção pode ser garantida para fornecer um bem público (ex.: fornecer P&D agrícola) ou para abordar uma falha de mercado (ex.: lidar com as emissões de GEE). Finalmente, questiona-se em que medida a intervenção política poderia ajudar e quais instrumentos seriam mais adequados para o propósito, já que há uma gama de ações possíveis, que inclui desde leis e regulamentos até soluções não legislativas, como campanhas informativas ou incentivo por parte da indústria e da

sociedade civil. Há, também, a possibilidade de não se realizar qualquer ação.

Quando uma política pública é analisada e justificada, é importante que haja uma avaliação rigorosa de possíveis impactos, inclusive transfronteiriços. Por exemplo, muitos países fornecem suporte de renda a seus agricultores por meio de políticas como tarifas de importação, que aumentam os preços dos alimentos para os consumidores domésticos e reduzem as oportunidades para os produtores em outros países. O suporte de renda ao agricultor ou qualquer outra política pública implementada pode gerar desdobramentos complementares (sinergias) ou divergentes (*trade-offs*) em relação a outras políticas. O desafio triplo fornece uma estrutura de organização simplificada para considerar essas interações, como se pode ver na figura.

No caso das sinergias, é primordial definir com cuidado a combinação de políticas e ações a serem executadas e entender que, dificilmente, um único instrumento de política poderá resolver simultaneamente vários problemas. Por exemplo: diretrizes dietéticas em vários países sugerem dietas que limitam o consumo de carne vermelha e que, também, reduzem as emissões de GEE, contudo essas políticas também podem afetar negativamente a renda de agricultores, configurando-se, desta forma, um *trade-off*.

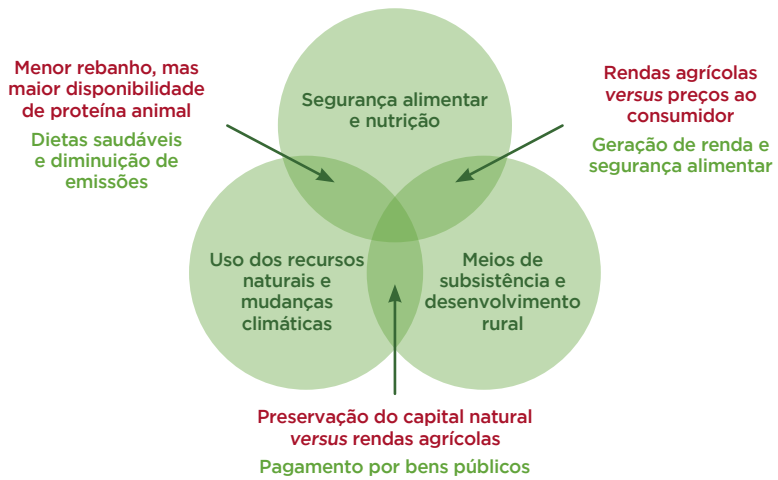
Quando ocorrem *trade-offs*, deve-se encontrar instrumentos alternativos. Por exemplo: fornecer subsídios para a compra de fertilizantes pode estimular seu uso excessivo e gerar problemas ambientais; portanto, haveria um *trade-off* entre o suporte de renda agrícola e a proteção ao meio ambiente. Nesse caso, a utilização de um instrumento diferente de suporte de renda poderia transformar-se, até mesmo, em uma sinergia, como é o caso dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Os formuladores de políticas precisam estar cientes de tais efeitos colaterais potenciais, já que cada caso carrega diferentes implicações de política.

Além disso, políticas relacionadas a sistemas alimentares têm, frequentemente, se mostrado difíceis de reformar. As dificuldades existem porque há questões sensíveis e divergentes envolvendo o tema. Quanto às últimas, podem ser categorizadas como divergências de fatos, de interesses ou de valores. As controvérsias sobre o papel da pecuária, por exemplo, envolvem: fatos como a contribuição de animais ruminantes para o aquecimento global; interesses dos agricultores e da indústria; e valores como aspectos éticos relacionados a comer animais.

Atritos simultâneos tornam essas controvérsias políticas particularmente difíceis de resolver. Nesse caso, é importante entender as diferentes fontes de atrito e suas interações, a fim de antecipar riscos e desenvolver formas de avançar na construção de instrumentos mais modernos dentro dessas políticas. Para prevenir ou gerenciar tais atritos, as instituições e os processos políticos também devem ser robustos. Desenvolver políticas melhores demanda a construção de um entendimento comum dos fatos, o equilíbrio de interesses divergentes e o desenvolvimento de soluções para diferenças de valores.

Entre os pontos que a OCDE diz serem fundamentais para acelerar o progresso na abordagem dos desafios que os sistemas alimentares enfrentam, os governos devem: eliminar progressivamente as intervenções nos preços e o apoio ao produtor que distorce o mercado; direcionar o suporte de renda para as famílias agrícolas mais necessitadas e, quando possível, incorporar esse suporte às políticas sociais e às redes de segurança para toda a economia; e reorientar os gastos públicos para investimentos em bens públicos, particularmente sistemas de inovação. Desta forma, será mais fácil atingir o crescimento sustentável da produtividade e ampliar a resiliência setorial, possibilitando que as políticas agrícolas contribuam para melhorar o desempenho dos sistemas alimentares e atender as exigências do triplo desafio. ■

EXEMPLOS DE SINERGIAS E *TRADE-OFFS* NOS SISTEMAS ALIMENTARES



Nota: exemplos de sinergias são apresentados em verde; exemplos de *trade-offs* são apresentados em vermelho
Fonte: OCDE

* Pesquisadora do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro)

SHUTTERSTOCK



EM BUSCA DE UM PROPÓSITO

RICARDO SAPIRO, CEO da Touch Branding
ALEXANDRE D'ANGELO, gerente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo)

Este artigo traz uma reflexão sobre o expressivo crescimento da categoria de fertilizantes especiais nos últimos anos e, principalmente, sobre como impulsionar novos ciclos para o futuro.

O CRESCIMENTO DOS FERTILIZANTES ESPECIAIS NOS ÚLTIMOS ANOS

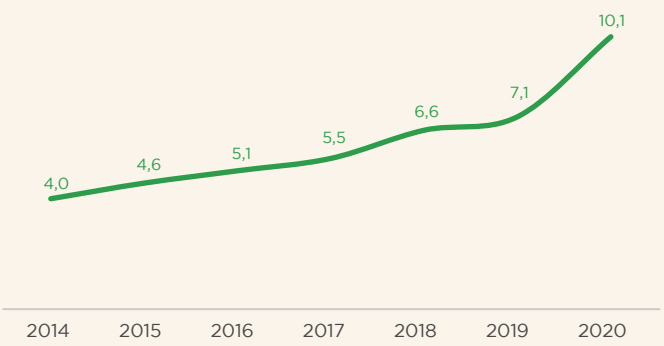
O segmento de fertilizantes especiais é composto de várias categorias de produtos: os fertilizantes minerais especiais – que têm características de formulação ou de uso diferentes das dos fertilizantes convencionais –; os fertilizantes orgânicos; os fertilizantes organominerais; e os biofertilizantes. Podem ser líquidos ou sólidos e adequados aos diversos modos de aplicação – via folha, via solo, via sementes, via fertirrigação e via hidroponia.

A oferta de uma extensa gama de soluções, construídas a partir do conhecimento da fisiologia das plantas, dos diversos tipo de solo e do ambiente onde a produção está inserida, tem sido determinante para o crescimento do setor, que, em 2020, faturou R$ 10,1 bilhões – o dobro do faturamento obtido em 2016.

A indústria destaca-se, ainda, pela sua inserção efetiva no processo de economia circular, agregando valor aos resíduos sólidos, pela sua capacidade de oferecer soluções que aumentam a eficiência dos processos nutricionais e pela implementação e difusão de boas práticas seja na fabricação ou na utilização dos seus produtos.

Composto de 441 empresas ativas, dos mais diversos portes, o setor tem como uma de suas estratégias centrais a prestação de serviços técnicos aos seus clientes, tendo sempre como meta a melhoria da performance da produção.

BRASIL: EVOLUÇÃO DAS VENDAS DE TODAS AS CATEGORIAS DE FERTILIZANTES
(R$ BILHÕES)



Fonte: Abisolo

COMO IMPULSIONAR O VALOR E SUSTENTAR O CRESCIMENTO FUTURO?

A partir das análises já apresentadas, pode-se concluir que a categoria de fertilizantes especiais cresce quando se percebe explicitamente um valor associado aos seus produtos. Essa afirmação pode parecer óbvia, mas ela conduz à reflexão de um desafio bem particular: o que é valor nessa categoria?

A indústria de fertilizantes especiais tem a grande oportunidade de aumentar a adesão dos produtores rurais do País aos seus produtos, principalmente quando comparada a outros segmentos de insumos para o setor, como sementes, defensivos e, até mesmo, fertilizantes convencionais.

Considerando que a qualidade técnica dos fertilizantes especiais tem se desenvolvido significativamente ao longo do tempo, ancorada por empresas que investem fortemente em inovação, uma boa parte desse desafio de adesão passa por articular uma abordagem que atraia, engaje e ajude a fidelizar os produtores que ainda são desconhecedores, reticentes ou que têm baixa percepção da relevância em seu uso.

Quando se fala em comunicação, o impulso natural é pensar nos vários atributos técnicos que deveriam ser explicados, esclarecidos ou detalhados aos produtores, como forma de persuadi-los. Dada a vasta gama de segmentos que compõem a categoria de fertilizantes especiais, basear a comunicação apenas em atributos técnicos resultaria, potencialmente, em uma complexidade tal de mensagens que o resultado poderia ser, em vez do engajamento, o afastamento.

EVOLUINDO DO VALOR PARA UM PROPÓSITO

Como, então, conciliar estes fatores: a necessidade de aumentar a adesão à categoria de fertilizantes especiais e a grande complexidade de mensagens?

Mais do que levar os atributos e os benefícios técnicos para os produtores, o fundamental é identificar a diferença que a categoria pode fazer na vida deles. Ou seja, articular a abordagem a partir do produtor, e não a partir dos produtos.

Nesse sentido, a Abisolo e a Touch desenvolveram um projeto que visa à articulação de um propósito mobilizador que se traduza tanto em espaço de comunicação para produtores e demais *stakeholders*, quanto em ampliação do engajamento de colaboradores e associados.

Os seguintes passos foram conduzidos:

Identificação do grande diferencial tangível da categoria

A vasta oferta de produtos baseados em inovação que se encaixa nessa categoria poderia ser uma barreira para a identificação de um diferencial comum. Mas, efetivamente, é essa configuração que forma o seu grande diferencial.

Reflitamos sobre a quantidade de variáveis que impactam a produção agrícola, umas multiplicadas às outras: o solo, o relevo, o clima, a cultura, o estilo empresarial, o perfil da mão de obra, as demandas de mercado e os aspectos regulatórios. Nesse contexto, lidar com a questão da produtividade não pode ser um exercício de *one-size-fits-all*, ou seja, de se aceitar que uma gama limitada de soluções tenha aplicação a realidades tão distintas e fragmentadas.

Cada vez mais, portanto, a produtividade deve ser individualizada e particularizada para cada realidade. Essa é a capacidade que unicamente a categoria de fertilizantes especiais apresenta e da qual, de fato, nenhum outro segmento de insumos agrícolas tem legitimidade para se apropriar, principalmente aqueles do *mainstream*, tais como sementes e defensivos, marcadamente pouco segmentados para se adequarem a distintos contextos produtivos.

Identificação do *insight* do produtor

Foi realizada uma série de entrevistas em profundidade com o público produtor que já percebe a importância da produtividade mais personalizada. Trata-se de um perfil que não é necessariamente relacionado à cultura, à geografia ou ao porte, mas, fundamentalmente, à mentalidade empresarial. São produtores "inquietos", detalhistas, perseverantes e *hands-on*, que buscam frequentemente soluções que respondam a suas realidades específicas, e não a situações genéricas.

Desse estudo, percebeu-se que o *insight* associado a essa produtividade específica é sobre respeitar a natureza – nas suas diversas dimensões: empresarial, física e econômica –, em vez de agredi-la para transformá-la. É nessa tensão que reside a oportunidade de evoluir a abordagem da Abisolo de "valor" para "propósito".

A articulação da narrativa-propósito

Seguindo a lógica de que o propósito deve emanar do público-alvo prioritário – e se conectar aos demais públicos –, reviu-se a abordagem da Abisolo tendo em perspectiva essa verdade, que já reside "na alma" de quem aderiu fortemente à categoria. Trata-se de uma verdade que tem o potencial









FERTILIZANTES ESPECIAIS

Por uma produtividade **Inteligente.**

Se cada produtor enfrenta um desafio específico, a produtividade não pode ser tratada como uma só. Esta é a convicção das categorias de Fertilizantes Especiais: a **Produtividade Inteligente**.

Adequar-se à natureza de cada produtor. E à natureza em que está inserida a sua produção.

www.abisolo.com.br

Uma iniciativa:

abisolo

Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal

de ser ampliada para os produtores mais reticentes via comunicação do posicionamento.

Se cada produtor enfrenta um desafio específico, a produtividade não pode ser tratada como uma só. Esta é a convicção das categorias de fertilizantes especiais: a **produtividade inteligente**. Adequar-se à natureza de cada produtor e à natureza em que está inserida a sua produção.

O PROPÓSITO E OS NOVOS PLANOS DA ABISOLO

Inspirar o produtor a entender, valorizar e maximizar a sua realidade, por mais específica que seja, é um propósito que pode ser extremamente mobilizador e norteador, sendo ativado pelas estratégias de comunicação na área de fertilizantes especiais – uma reflexão e um chamado que, juntos, podem ajudar a lidar com o grande desafio da indústria: o aumento sustentável da sua adesão.

Tal propósito é o objeto de um projeto de *branding* em que a Abisolo e a Touch estão trabalhando juntas. Mais do que simplesmente uma articulação conceitual, o propósito constituir-se-á em uma plataforma por meio da qual se dará toda a comunicação da indústria, nos seus diferentes canais e para os seus diversos públicos. Assim, garante-se que haja relevância e consistência, os fatores-chave para uma interatividade eficiente.

Essa iniciativa da Abisolo visa consolidar as práticas cotidianas das indústrias do setor, permitindo que os usuários e toda a cadeia produtiva compreendam, de forma clara e inequívoca, as contribuições para o progresso de cada agricultor e da agricultura brasileira.

A apropriação do novo propósito dos fertilizantes especiais pelas indústrias do setor será fundamental para acelerar o processo de percepção de valor. ■

FERTILIZANTES ESPECIAIS: POR UMA PRODUTIVIDADE INTELIGENTE

Acompanhe nas mídias on e offline os desdobramentos da nossa nova campanha de comunicação.

SHUTTERSTOCK





ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO

ABRAPA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO

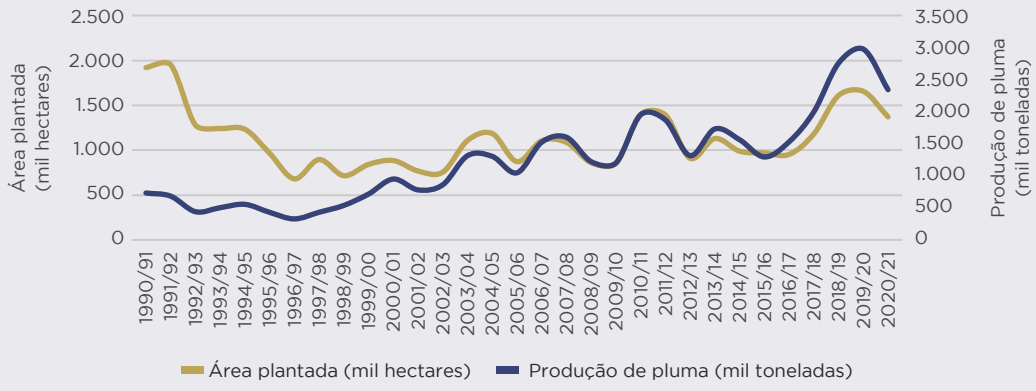
AMPLIAR NÍVEIS DE PRODUÇÃO E QUALIDADE

A cotonicultura brasileira é um exemplo da força e da determinação do agro nacional. Após ser dizimada pelo bicudo-do-algodoeiro na década de 1980, a cultura migrou para o Cerrado e, em menos de duas décadas, reposicionou o Brasil de grande importador para segundo maior exportador e quarto maior produtor mundial da fibra. Hoje, a pluma produzida no País abastece 100% do mercado nacional e 23% das importações mundiais.

A mudança de patamar foi possível por meio de pesquisas para melhoramento genético e da adoção de novos recursos tecnológicos, com o trabalho centrado em quatro pilares:

- Qualidade;
- Sustentabilidade;
- Rastreabilidade;
- Promoção comercial.

BRASIL: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO



Fonte: Conab (setembro de 2021)

De 1990 para cá, a produção brasileira de algodão aumentou mais de 200%, passando de 717 mil toneladas, no ano agrícola 1990/91, para 2,4 milhões de toneladas, na safra 2020/21. O recorde deu-se na safra 2019/20, com 3,0 milhões de toneladas de pluma produzidas. Do lado da indústria, o consumo da indústria têxtil brasileira está estabilizado em 700 mil toneladas e sofre uma forte concorrência das fibras sintéticas.

Nesse período, informar, sensibilizar e mobilizar a opinião pública sobre os atributos da fibra brasileira passou a ser tão importante quanto ampliar níveis de produção e qualidade. Assim, diferentes estratégias vêm sendo executadas pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) nos mercados interno e externo.

MOVIMENTO SOU DE ALGODÃO

Embora estabilizado, o mercado doméstico continua sendo um dos principais clientes da pluma brasileira, atrás apenas da China. O seu grande concorrente é a fibra sintética. Há dez anos, o algodão representava 57% do total de fibras utilizadas pela indústria têxtil nacional; hoje, essa fatia é de 46%. A perda de espaço só não foi maior devido a uma iniciativa inédita no País de união de toda a cadeia setorial, sob liderança da Abrapa: o movimento Sou de Algodão, que completa cinco anos neste mês, com mais de setecentas marcas parceiras.

Em 2015, uma pesquisa de mercado feita pela Abrapa identificou a falta de informação do brasileiro sobre o que veste. A partir daí, foi definida a estratégia de mostrar aos consumidores que o algodão é uma fibra natural, de fonte renovável, menos nociva ao meio ambiente e produzida de forma responsável. Desta forma, o movimento pretende engajar a sociedade na valorização de um produto que entrega responsabilidade social e ambiental e incentivar o uso de algodão pela indústria têxtil nacional.

O movimento Sou de Algodão foca em ações promocionais, de negócios e informacionais, que vão desde campanhas de comunicação até projetos voltados à ampliação da competitividade. A inspiração veio da bem-sucedida experiência americana Cotton Incorporated, que conseguiu ampliar o consumo médio de algodão nos Estados Unidos de 35%, na década de 1970, para mais de 60%, hoje em dia.

A atuação do movimento brasileiro envolve, também, as universidades, para fomentar a criatividade e proporcionar experiência e conhecimento aos futuros profissionais. Essa ampliação da relação entre a Academia e a indústria fortalece toda a cadeia de algodão.

O pontapé inicial dessa estratégia foi dado em 2016, na São Paulo Fashion Week N42, a mais importante semana de moda do País, com apoio do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Desde então, o movimento Sou de Algodão vem trabalhando iniciativas de conscientização dentro do segmento da moda, convidando a todos para um outro olhar sobre as várias possibilidades do algodão.

A iniciativa une agentes da cadeia produtiva e da indústria têxtil que produzem peças com no mínimo 70% de algodão na composição. O projeto conta, ainda, com o apoio de empresas e associações que têm iniciativas na área de sustentabilidade ou incentivam uma moda mais consciente. São dezenas de fiações, tecelagens, malharias, confecções, redes varejistas, projetos sociais, organizações não governamentais (ONGs), artesãos e microempreendedores que colaboram para uma jornada de produto ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente responsável.

LANÇAMENTO DO COTTON BRAZIL

Ao mesmo tempo em que aposta na ampliação da conexão com o mercado doméstico, a Abrapa vem intensificando a promoção do algodão brasileiro no mercado global. A busca por compradores externos é um caminho natural, uma vez que o consumo da indústria têxtil nacional não tem acompanhado o crescimento da produção. Por outro lado, a demanda mundial sobe, em média, 2% ao ano desde a década de 1950.

O excedente de produção levou a Abrapa a assumir, desde muito cedo, a missão de divulgar o algodão brasileiro no exterior. Após anos de bem-sucedidas missões de compradores e vendedores, o setor deu um passo adiante em 2020 com o lançamento do Cotton Brazil, uma iniciativa que visa transformar o Brasil no maior fornecedor mundial de algodão até 2030. Para atingir essa meta, o setor produtivo trabalha em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), com o apoio dos Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), além da Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (ANEA).

O Cotton Brazil consiste na execução de forma estruturada e integrada de um plano de promoção internacional do algodão brasileiro. O foco está nos principais mercados asiáticos, responsáveis por absorver mais de 95% das nossas exportações da pluma. O Brasil busca ser reconhecido e remunerado pela qualidade, pela sustentabilidade e pelo padrão tecnológico do seu produto. O projeto atua em várias frentes. Uma delas é o desenvolvimento e a implementação de *branding* do algodão brasileiro e de estratégias efetivas de comunicação baseadas em inteligência de mercado.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E COMERCIAIS

Para estreitar a convivência com entidades locais do setor, em agosto de 2019, a Abrapa abriu um escritório em Singapura – um dos maiores *hubs* logísticos do Sudeste Asiático e um centro financeiro e comercial da região. Entre janeiro e junho deste ano, foram realizadas duas rodadas de *webinars,* chamadas de Cotton Brazil Outlook e Cotton Brazil Harvest, com cerca de 2 mil potenciais clientes asiáticos.

A presença física no continente asiático propicia aproximar-se de embaixadas de países e lideranças do setor industrial têxtil nos mercados-alvo. Os contatos estabelecem-se, então, com associações: API (Indonésia), VCOSA (Vietnã), APTMA (Paquistão), Citi e ICAL (Índia), SWAK (Coreia do Sul), BCA (Bangladesh) e CNCE (China). Termos de cooperação foram estabelecidos com a Confederação Indiana de Têxteis (CITI), a China National Cotton Exchange (CNCE) e a China Cotton Association (CCA).

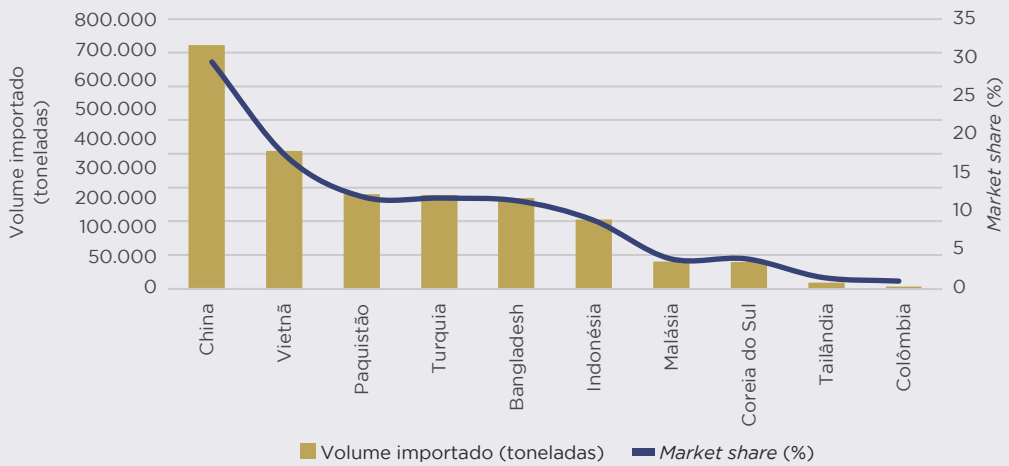
O programa de promoção da pluma brasileira no exterior inclui uma robusta plataforma em que estão reunidas as principais informações e indicadores da cadeia produtiva de algodão no Brasil e no mundo. Participam dessas ações renomadas

BRASIL: BALANÇA COMERCIAL DE ALGODÃO

	2018/19 (US$ milhões)	2019/20 (US$ milhões)	2020/21* (US$ milhões)
Exportação	2.250,3	3.069,3	3.769,0
Importação	8,2	2,6	6,3
SALDO DA BALANÇA COMERCIAL	**2.242,1**	**3.066,7**	**3.762,7**
	2018/19 (mil toneladas)	**2019/20 (mil toneladas)**	**2020/21* (mil toneladas)**
Exportação	1.309,71	1.945,56	2.398,07
Importação	3,66	1,02	3,67
SALDO DA BALANÇA COMERCIAL	**1.306,06**	**1.944,54**	**2.394,40**

*Período entre agosto de 2020 e julho de 2021
Fonte: Comex Stat/ME (agosto de 2021)

MAIORES IMPORTADORES DE ALGODÃO BRASILEIRO NA SAFRA 2020/21



Fonte: Comex Stat/ME (agosto de 2021)

instituições, como ABARES (Austrália), Câmara Setorial do Algodão e seus Derivados, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), Comtrade, Cotlook, Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC), ICE Futures, Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), International Trade Centre (ITC), Ministério da Economia brasileiro e Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). São 2,7 bilhões de dados para auxiliar os gestores da cadeia de algodão na tomada de decisões.

Completa a iniciativa uma forte atuação em canais de comunicação digital. Um site em nove idiomas foi desenvolvido para intensificar a presença nas mídias sociais dos países-alvo. Recentemente, o Cotton Brazil ganhou uma conta no aplicativo WeChat – utilizado em massa na China –, com acesso e troca de mensagens.

A estratégia já traz resultados. Na temporada 2020/21 de exportações, encerrada em julho último, as vendas externas brasileiras cresceram 23% e geraram uma receita de US$ 3,8 bilhões para o País. O sucesso motivou a renovação da parceria do setor produtivo com a Apex-Brasil por mais dois anos. ■

A ***Agroanalysis*** agradece a contribuição da seguinte equipe da Abrapa: Marcio Portocarrero (diretor executivo), Fábio Carneiro (gestor de Sustentabilidade) e Mylena Fiori (assessora de Comunicação).

QUATRO BENEFÍCIOS DA INOVAÇÃO NA COTONICULTURA

Miguel Prado
CEO da Santa Colomba (propriedade de algodão no município de Cocos-BA)

1) O aprimoramento genético das sementes reduziu os custos de produção e permitiu aumentos significativos de produtividade. Com isso, alcançamos um alto padrão de qualidade mundial. Dispomos de equipamentos de High Volume Instrument (HVI) para analisar as características intrínsecas da fibra de algodão.

2) Maquinários específicos aumentaram a capacidade de execução das linhas de trabalho, com economia de combustível e uma menor emissão de gases do efeito estufa (GEE). Ganhamos competitividade, controle de qualidade, comprimento, elasticidade e coloração da fibra. A tecnologia digital melhorará esse processo todo.

3) A presença da Abrapa e das suas entidades locais e estaduais possibilita a aplicação conjunta de tecnologia e manutenção da infraestrutura. A entidade corrige erros e introduz certificações importantes para o desenvolvimento sustentável.

4) Produção em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que exigem investimentos sustentáveis para aumentar a eficiência produtiva em termos quantitativos e qualitativos.

A nossa expectativa para a safra 2021/22 é bastante positiva. Apesar de dispormos de produção irrigada em boa parte da área, aguardamos chuva na hora certa. Isso possibilitará o plantio e a colheita com quantidade e qualidade. Planejamos aumentar a área na casa dos 50%. O grande desafio está em administrar a conta de receita e despesa do algodão.



MURILLO CONSTANTINO/QUARTETTO



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS PROCESSADORAS DE CACAU

AS NOVAS FACES DO CACAU

A chegada das novas gerações de produtores traz um novo fôlego para a cacauicultura brasileira, que vislumbra perspectivas de crescimento para os próximos anos.

AIPC
Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau

APESAR DA distância geográfica, histórias com pontos em comum mostram como o retorno das novas gerações ao campo está contribuindo para trazer fôlego à produção de cacau no Brasil. Podemos assinalar três delas.

Há cinco anos, Fernando Rigo Buffon assumiu a produção de cacau da família no município de Linhares-ES. Aos 35 anos, tinha formação em Engenharia e Administração. Ao voltar para casa, o jovem levou na bagagem algumas ideias para melhorar a gestão da propriedade.

A 630 quilômetros dali, no município de Barro Preto, no sul da Bahia, Patrícia Viana Lima passou a controlar a gestão da propriedade da família em 2019. Ela deu continuidade ao trabalho de produção de cacau orgânico iniciado pelos seus pais, depois de anos de trabalho como empresária gráfica e engenheira civil.

Do outro lado do País, em Medicilândia, no sudoeste do Pará, distante 900 quilômetros da capital Belém, a pedagoga Elisangela Trzeciak também pegou a cabeceira dos negócios da família, juntamente a seu filho Bruno.

No início, todos eles enfrentaram alguns desafios. "Eu precisei voltar a estudar para entender quais melhorias poderíamos fazer na produção do campo", conta Buffon. Assim, aos poucos ele foi revisando os processos e buscando novas alternativas para a alcançar esse objetivo. "Passamos a investir em mudas novas resistentes às doenças e fazer renovação gradativa nas áreas. Também fomos buscar assistência técnica", completa.

A desconfiança dos trabalhadores no campo foi uma barreira a ser superada. "Quando ganhamos o primeiro lugar no Concurso Nacional de Qualidade de Cacau Especial do Brasil, na categoria *blend*, no ano passado, eles perceberam que as mudanças estavam trazendo resultados", conta Buffon. "Então, decidimos verticalizar a produção e criamos a Barcaça Chocolates, voltada para a produção de chocolates finos sem adição de açúcar ou leite", conclui.

Trzeciak também sofreu resistência quando passou a comandar a propriedade, que, antes, era gerida pelo pai. Jovem e mulher, ela conta que, muitas vezes, os trabalhadores checavam com o pai dela se determinada tarefa deveria ser feita da maneira que ela havia solicitado. "Ao que ele sempre respondia: a propriedade é dela, e ela sabe o que faz", arremata a produtora.

Além do desafio de ter assumido ainda nova o negócio, ela explica que a produção agrícola é uma atividade com presença predominante de homens. "Aos poucos, estamos mudando isso, mas, no passado, enfrentei resistências, inclusive quando passei a coordenar o projeto de agricultura orgânica da região", relembra.

No intuito de buscar orientação técnica para melhorar o manejo da propriedade, Trzeciak cedeu, há alguns anos, parte da área de cacau para o desenvolvimento de pesquisas da Universidade Federal do Pará (UFPA). "Com isso, tenho os melhores técnicos e pesquisadores na fazenda", explica. Atualmente, ela divide a gestão dos negócios com o filho Bruno, responsável por tratar os 52 hectares de cacau na parte agrícola, enquanto ela cuida da administração e da comercialização.



MURILLO CONSTANTINO/QUARTETTO

FÔLEGO NOVO NA PRODUÇÃO

A chegada das segundas e das terceiras gerações ao cacau vem contribuindo para o fortalecimento da cultura, depois de um período de grandes perdas por conta da vassoura-de-bruxa e da falta de investimentos no campo. Com maior tempo de estudo e vivências em outras áreas profissionais, esses produtores investem em assistência técnica, tratos culturais variados e renovação de áreas. No médio e no longo prazos, providências dessa natureza resultam não só no aumento de produtividade, mas principalmente no de qualidade.

É o caso da médica Ana Cláudia Rigoni e do marido Eduardo Zucoloto. Eles cultivam 100 hectares de cacau na propriedade herdada do pai por Rigoni em 2016, na região de Linhares-ES. Presidente da Associação dos Cacauicultores do Espírito Santo (ACAU), Zucoloto atuava, antes, como engenheiro civil. Ele zela pela parte operacional da fazenda, que tem 70% da área no sistema cabruca (cultivado sob a sombra de espécies nativas da floresta original) e 30% no cultivo a pleno sol.

"Temos investido na produção de mudas para renovar e aumentar a produtividade de algumas áreas da propriedade nos próximos anos", explica Zucoloto. Para Rigoni, outro desafio é diminuir os custos de manejo e cultivo e aumentar a eficiência operacional. Há alguns anos, eles decidiram investir, também, na produção de *nibs*, sob a marca Chocolin, como uma forma de agregar valor à produção.

PRODUZIR AMÊNDOA DE QUALIDADE

Na mesma região, o cacauicultor Emir de Macedo Gomes Filho é o representante da terceira geração da família a produzir cacau. Hoje, ele tem a esposa e os filhos ao seu lado para tocar a propriedade. "É um privilégio poder tê-los comigo na continuidade do negócio, aprendendo e se desenvolvendo, mas é uma preocupação, porque a agricultura é cheia de percalços e desafios", declara. Ele se refere, principalmente, às perdas causadas pela vassoura-de-bruxa, que chegou à região no início da década de 2000 e devastou as lavouras.

Quando a doença chegou, ao invés de desistir, ele decidiu encarar o problema e intensificar a produção. Construiu um viveiro, onde, hoje, produz mais de 200 mil mudas ao ano, comercializadas em vários estados. Investiu no manejo e na renovação das áreas. Nos 305 hectares com cacau, há 70 mil pés renovados, que ele pretende fazer chegar a 100 mil nos próximos anos, com foco na produção de produto fino.

"Para produzir um cacau de qualidade, é fundamental investir em boa genética e na qualidade do solo, além de realizar bem as cinco etapas de beneficiamento: a colheita, a quebra, a fermentação, a secagem e o armazenamento. Uma etapa depende da outra", revela Gomes Filho, que foi o vencedor do Concurso da Qualidade de Amêndoas de Cacau Capixaba deste ano e já teve as suas amêndoas entre as melhores do mundo no Salão do Chocolate de Paris.

RETORNO ÀS PROPRIEDADES COM INOVAÇÃO

Para Patrícia Viana Lima, o retorno ao campo aconteceu de forma gradual a partir de 2016, com idas frequentes à propriedade para auxiliar os pais na administração da produção de cacau orgânico em Barro Preto-BA. "Fui me envolvendo cada vez mais e, a partir de 2019, abracei a gestão", relembra. "Digo que o cacau me chamou de volta. Eu ouvi e aqui estou", brinca ela. Em um primeiro momento, ela focou a produção de derivados e chocolates na Modaka Cacau de Origem e, aos poucos, passou a gerir também a produção da fazenda. Atualmente, a produção de cacau é feita em 210 hectares e dividida entre a produção de derivados e chocolates e a venda de cacau para as indústrias processadoras.

Já Kellen Scampini regressou à propriedade da família e transformou uma situação considerada como problema em um novo negócio. Incomodada com o resíduo da quebra do fruto, antes descartado, começou a buscar alternativas de uso para o chamado mel do cacau. Nascia, assim, a Cacahuatl, uma cachaça artesanal de cacau. "Aos poucos, estamos conseguindo agregar valor, utilizando o material que, antes, era tido como descarte e resíduo da produção de cacau", conta. Há quatro anos, iniciou o projeto para a produção da bebida. Para tanto, precisou desenvolver um método para a obtenção da substância, já que é preciso fazer a quebra do cacau de forma diferente e limpa para a obtenção do resíduo dentro dos padrões de qualidade necessários para a produção da bebida.

DESAFIOS NA CADEIA PRODUTIVA

Apesar dos investimentos de todos os elos da cadeia de suprimentos de cacau nos últimos anos, o aumento da produção de amêndoas no Brasil continua sendo um dos maiores desafios do setor. Embora muitos produtores já estejam investindo em manejo e melhorias, os resultados práticos levam alguns anos para aparecer.



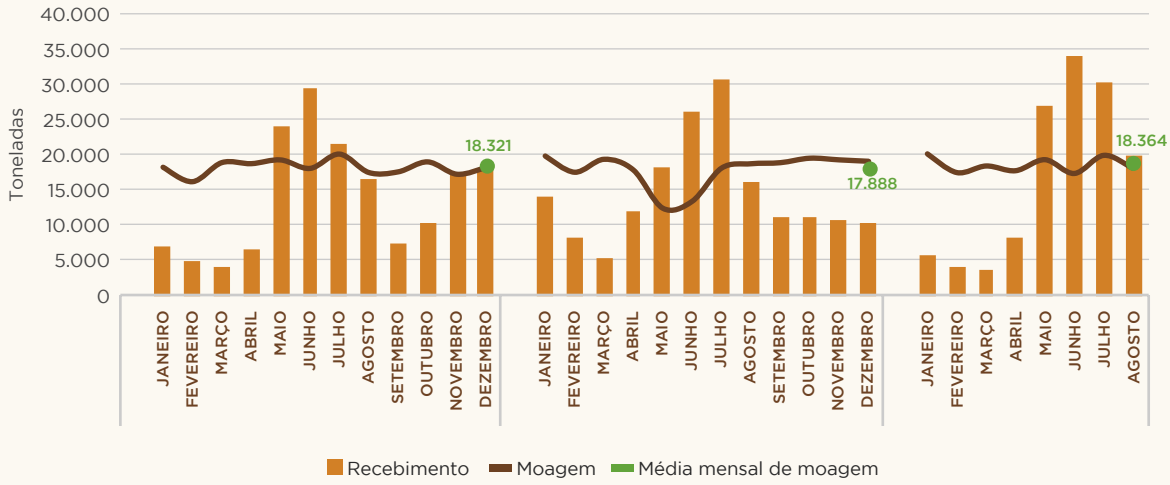
Anna Paula Losi, diretora executiva da AIPC

Nas últimas décadas, a produção de cacau nacional foi insuficiente para atender a demanda das indústrias processadoras instaladas no Brasil. Segundo dados da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), enquanto o recebimento nacional foi de 174.283 toneladas em 2020, a moagem das indústrias ficou em 214.657 toneladas – uma diferença de 40.374 toneladas.

Como saída para fechar essa conta entre o volume recebido e o industrializado, recorre-se às importações. As indústrias precisam da matéria-prima para atender as demandas dos clientes internos e externos e manter o parque industrial funcionando em níveis operacionais saudáveis. Para se ter uma ideia do déficit de amêndoas, nos últimos três anos, a média mensal de moagem das processadoras ficou praticamente estável, em torno das 18 mil toneladas, enquanto o recebimento oscilou consideravelmente, tendo ficado abaixo de 5 mil toneladas em alguns meses.

"O grande desafio para os próximos anos está em aumentar a produção de cacau brasileira, para que seja possível atender a demanda da indústria", explica a diretora executiva da AIPC, Anna Paula Losi. As ações envolvem todos os elos da cadeia. A exemplo da inciativa CocoaAction, "o fomento à produção, o acesso ao crédito, a assistência técnica e a comercialização são fundamentais para que o setor se fortaleça nos próximos anos", completa Losi.

RECEBIMENTO DE CACAU NACIONAL X MÉDIA DE MOAGEM (TONELADAS)



Fonte: SindiDados/Campos Consultores

PREVISÃO PARA O BALANÇO DE 2021

De janeiro a agosto deste ano, o volume de amêndoas recebido ficou em 132.680 toneladas, próximo das 131.071 mil toneladas do mesmo período de 2020. Entre os fatores para fundamentar esse cenário, está a queda no recebimento nacional entre janeiro e abril, período final da safra principal. Nesses quatro primeiros meses, o recebimento nacional recuou 46,7%, tendo ficado em 21.177 toneladas, ante 39.770 toneladas do mesmo período no ano anterior.

Outra variável importante para o cenário de recebimento estável foi a queda no recebimento de amêndoas do Pará, que recuou 40% no acumulado entre janeiro e agosto, passando de 58.826 toneladas entregues às indústrias, em 2020, para 35.538 toneladas, em 2021. O recebimento só não ficou inferior ao volume do ano passado em razão do bom resultado da safra temporã da Bahia, que, entre abril e agosto deste ano, entregou 59% a mais, resultando em 83.564 mil toneladas no período.

Esses volumes ficaram bastante abaixo da capacidade de moagem da indústria, de 275 mil toneladas. De janeiro a agosto, as associadas da AIPC moeram 149.079 toneladas, volume 8,4% acima das 137.503 toneladas processadas no mesmo período de 2020. Assim, para atender a demanda dos clientes internacionais e compensar o déficit de amêndoas nacionais, as indústrias necessitaram importar 5.750 toneladas de amêndoas durante agosto, totalizando 45.757 toneladas neste ano, de acordo com dados compilados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Essa quantidade complementa o volume processado e mantém o parque fabril funcionando em níveis saudáveis.



MURILLO CONSTANTINO/QUARTETTO

A instabilidade da produção de amêndoas de cacau no Brasil traz um alto grau de insegurança para a cadeia de suprimentos, especialmente para os elos industriais. Os esforços dos setores produtivos e dos governos são para garantir a volta do Brasil à condição de autossuficiência no balanço entre oferta e demanda de cacau. Trata-se de um requisito importante para que o País tenha um setor produtivo forte e competitivo, com geração de emprego e renda, e que, até mesmo, volte ao protagonismo no mercado global.

RECONHECIMENTO INCENTIVA A QUALIDADE

Em todo o Brasil, os concursos de qualidade do cacau ganham importância e servem como estímulo para que os produtores invistam constantemente na melhoria das amêndoas.

Nos últimos anos, os concursos de qualidade do cacau vêm ganhando corpo nos estados produtores. Com a realização de edições anuais e a consolidação das premiações, mais produtores participam a cada ano. É o caso do Concurso da Qualidade de Amêndoas de Cacau Capixaba, promovido pela Secretaria de Agricultura Municipal de Linhares-ES e que está na sua 5ª edição neste ano, com o registro de cinquenta amostras de amêndoas inscritas.

De um modo geral, os concursos de qualidade, aliados à assistência técnica e a programas de incentivo, desempenham um papel de suma importância ao reconhecer e estimular o trabalho de inovação dos produtores. Para Franco Fiorot, secretário de Agricultura de Linhares, "as ações técnicas desenvolvidas no campo contribuem para a criação de um círculo positivo para o produtor melhorar as suas práticas de forma contínua", explica.

De fato, os concursos têm um lado educativo e expõem ao público os trabalhos executados com criatividade nas fazendas. Essas novidades proporcionam visibilidade e agregação de valor à medida que o produto se destaca no quesito da diferenciação.

No olhar mais detalhista do vencedor da premiação de 2021, Emir de Macedo Gomes Filho, "somos muito eficientes da porteira para dentro, mas precisamos realçar mais o nosso cacau da porteira para fora. Esses eventos cumprem esse papel especial, pois servem como uma vitrine atraente para os consumidores enxergarem o que realmente fazemos", pondera.

Os concursos sempre são pródigos por trazerem singularidades que despertam curiosidades. O público que lá comparece com fidelidade exalta a divulgação desse produto para o mundo. A repercussão ganha uma dimensão maior.

Essas realizações são estratégicas não só porque estimulam os produtores, mas também pelo fato de que o fruto premiado passa a ser referência em outros lugares. Para o secretário estadual de Agricultura da Bahia, João Carlos de Oliveira,



MURILLO CONSTANTINO/QUARTETTO

"não é só o produtor que ganha visibilidade, mas também a região onde ele produz".

O secretário adjunto de Agricultura do estado do Pará, Lucas Vieira Torres, reforça o coro quando afirma que "os concursos não só incentivam a melhoria da qualidade, mas, principalmente, melhoram a competitividade das amêndoas do cacau paraense nos mercados nacional e internacional, além de promover a integração entre os produtores de cacau das diversas regiões do Brasil".



HECKEL JUNIOR

João Carlos de Oliveira, secretário estadual de Agricultura da Bahia

CONCURSOS ESTIMULAM PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO CACAU

Neste ano, a cerimônia de premiação do Concurso Nacional de Qualidade de Cacau Especial do Brasil acontecerá em 22 de novembro, em Ilhéus-BA, tendo o apoio das empresas do setor, da AIPC e da Associação Brasileira das Indústrias de Chocolate, Amendoim e Balas (ABICAB).

Nesse contexto, chama a atenção o Centro de Inovação do Cacau (CIC), criado em 2016, que desenvolve um trabalho criterioso de seleção e análise das amêndoas de produtores em todo o País. O órgão avalia as amostras participantes de diversos concursos. "Os concursos são estratégicos para ajudar a identificar onde está o cacau de qualidade e quais são as características que fazem a excelência dessas amêndoas", explica Cristiano Villela Dias, diretor científico do CIC.

O processo de melhoria da qualidade das amêndoas deve ser visto como algo contínuo ao longo do tempo. Aos poucos, em pequenas doses que depois se acumulam, os produtores começam a perceber a necessidade de investir no aumento da produção, da sustentabilidade e da profissionalização. Essas tendências resultam em um maior retorno financeiro.

Esse movimento cresce junto ao mercado *bean to bar*, com aumento na demanda por cacau de qualidade superior e de alto valor agregado. De acordo com Villela Dias, "enxergamos no cacau uma mudança em curso semelhante ao que aconteceu no passado com os cafés especiais e as cervejas artesanais. É o nascimento de um nicho de produtos *premium* que acaba trazendo novas oportunidades aos produtores".

O despertar dessa transição, que se espalha pelos quatro cantos do País, deve contribuir para fortalecer a produção cacaueira nos próximos anos. Em Rondônia, a premiação do 1° Concurso de Qualidade será em 5 de novembro próximo. Para Evandro Padovani, secretário de Agricultura do estado, "o concurso faz parte de um projeto maior, na ótica de uma estratégia para crescer a produção de cacau de qualidade do estado, pautada pela sustentabilidade, levando em conta o desenvolvimento econômico, social e ambiental das suas regiões". ■

A ***Agroanalysis*** agradece a colaboração dos jornalistas Juliana Ribeiro e Roger Marzochi, da área de Comunicação da AIPC.



MURILLO CONSTANTINO/QUARTETTO

A ADESÃO PAULISTA À META DE ZERO GASES DO EFEITO ESTUFA EM 2050



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O GOVERNO do estado de São Paulo aderiu à campanha da Organização das Nações Unidas (ONU) para reduzir a emissão de poluentes e mitigar o aquecimento da Terra. Conforme disposto no relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), existe o entendimento de que as atividades humanas tenham causado cerca de 1 °C de aquecimento global acima dos níveis pré-industriais, o que promoveu uma variação de 0,8 °C a 1,2 °C. Há estudos demonstrando a probabilidade de que o aquecimento global atinja 1,5 °C entre 2030 e 2052 caso continue a aumentar no ritmo atual.

A adesão à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, na sigla em inglês) nas campanhas "Race to Zero" e "Race to Resilience" visa demonstrar o apoio e o envolvimento do governo paulista, do setor empresarial, de acadêmicos e de lideranças da sociedade civil para zerar as emissões líquidas de gases do efeito estufa até 2050. O Decreto Estadual nº 65.881/21 registra a adesão paulista definitiva à campanha mundial "Race to Zero", assim como determina a criação de um plano de ação climática para ser cumprido até 2050. São Paulo foi o primeiro estado brasileiro a assumir o compromisso e pretende participar, em novembro próximo, da 26ª Conferência das Partes (COP-26, na sigla em inglês) da UNFCCC, na cidade escocesa de Glasgow.

Foi elaborado um documento com diretrizes e ações estratégicas com a finalidade de formular um Plano de Ação Climática Net Zero 2050, submetido a consulta pública. Segundo a ONU, já são mais de setecentas cidades, trinta regiões e 120 países que aderiram à campanha "Race to Zero", englobando mais de 3 mil empresas, 620 universidades e 170 investidores comprometidos com a meta em diversos locais do mundo.

Com a adesão, São Paulo busca fixar metas e soluções para muitos assuntos, entre eles: transportes sustentáveis com combustíveis avançados; energias renováveis; controle e prevenção da poluição; qualidade do ar; saneamento ambiental; municípios resilientes; cidades sustentáveis; restauração florestal; agricultura de baixo carbono; bioeconomia; proteção da biodiversidade; e segurança hídrica.

O setor produtivo tem se debruçado sobre o tema, buscando demonstrar as boas práticas realizadas nas cadeias produtivas. No que se refere ao agronegócio, a FAESP ressalta a importância da integração do sistema lavoura-pecuária-floresta, estabelecido no Plano ABC, em parceria com o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Outra importante iniciativa é o Programa de Regularização Ambiental (PRA) paulista, oportunidade oferecida aos produtores, conforme estabelecido no Código Florestal, de promoverem a adequação dos imóveis rurais. Isso permitirá a recomposição de milhares de hectares. O governo de São Paulo espera recuperar 800 mil hectares num período de até vinte anos.

Tendo definido um cronograma, o governo paulista tem a expectativa de publicar o documento do Plano de Ação Climática Net Zero 2050 até o final de 2022. A FAESP acompanha com atenção o assunto, reforçando a necessidade da incorporação das iniciativas que demonstraram efetivamente resultados positivos para a preservação do meio ambiente e que estão abrangidas nas campanhas da ONU, em especial para reduzir a emissão de poluentes. ■



DIÁRIO DE BORDO

OS ODS E PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

EM 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um apelo de caráter global para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas em qualquer lugar do mundo possam desfrutar de paz e prosperidade. E é sempre oportuno lembrar quais são esses 17 objetivos:

1. Erradicação da pobreza;
2. Eliminação da fome com agricultura sustentável;
3. Busca por saúde e bem-estar para todos;
4. Educação de qualidade;
5. Igualdade de gênero;
6. Água potável e saneamento;
7. Energia limpa e acessível;
8. Trabalho decente e crescimento econômico;
9. Indústria, inovação e infraestrutura;
10. Redução das desigualdades;
11. Cidades e comunidades sustentáveis;
12. Consumo e produção responsáveis;
13. Ação contra as mudanças climáticas;
14. Vida na água;
15. Vida terrestre;
16. Paz, justiça e instituições eficazes;
17. Parcerias e meios de implementação.

E é impressionante a identidade estreita entre os objetivos da ONU e a doutrina cooperativista, com os seus respectivos princípios e valores universais. Mesmo uma análise muito superficial permite essa verificação.

Os ODS 1 (erradicação da pobreza), 3 (busca pelo bem-estar das pessoas), 10 (redução das desigualdades) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes) fazem parte do DNA da doutrina. É para atingir essas metas que o cooperativismo foi inspirado. Aliás, o terceiro princípio tem o compromisso explícito das cooperativas de saúde, cujo desempenho durante a pandemia tem sido exemplar.

Já os ODS 2 (fome zero por meio da agricultura sustentável), 7 (energia limpa e acessível), 9 (indústria, inovação e infraestrutura) e 12 (consumo e produção responsáveis) são papéis cumpridos integralmente pelas cooperativas agropecuárias. Nestas, existem a agroenergia (etanol, biodiesel, bioeletricidade), a luta pela segurança alimentar global, a agregação de valor com a inovação e industrialização das matérias-primas e a produção responsável, cabendo, ainda, às cooperativas de consumo um papel pleno quanto ao ODS 12.

A igualdade de gênero (ODS 5) está diretamente vinculada ao primeiro princípio do cooperativismo, a adesão livre e voluntária.

Por sua vez, o ODS 4 (educação de qualidade) vincula-se – na veia – ao quinto princípio do cooperativismo, de educação, formação e informação! Além disso, o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) tem tudo a ver com o cooperativismo de trabalho, que busca o mesmo ideal.

Os ODS 6 (água potável e saneamento) e 17 (parcerias e meios de implementação) parecem ter sido feitos para o sétimo princípio do cooperativismo, o de interesse pela comunidade. Até mesmo os ODS 14 e 15 (voltados, respectivamente, para vida na água e vida terrestre) se relacionam com o nosso sétimo princípio. Isso sem falar no papel específico das cooperativas de pesca e agropecuárias nos dois temas.

Por fim, o ODS 13 (ação contra as mudanças climáticas) está na alma dos programas do cooperativismo, sempre preocupados com a sustentabilidade produtiva e a busca pela descarbonização.

Em resumo, parece que foram cooperativistas natos que escreveram os ODS. ■

O cooperativismo foi idealizado para atingir as metas de erradicação da pobreza, busca pelo bem-estar das pessoas, redução das desigualdades e promoção da paz, da justiça e de instituições eficazes.

PRODUZIR

APLICAÇÃO DA GEOPOLÍTICA NA AGRICULTURA



AMANDA ARAÚJO

Diretora executiva da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e mestre em Direito da Agricultura pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

EM POUCO menos de quatro décadas, a dinâmica da globalização despertou forças centrífugas que dificultaram fortemente a harmonização esperada pelos filósofos e economistas clássicos – como Kant (universalismo moral), no século XVIII, e David Ricardo (vantagens comparativas), no século XIX.

O estado atual das relações econômicas internacionais é preocupante. A crise do multilateralismo e a tensão nos mercados de matérias-primas agrícolas já vêm perpetuando-se por muitos anos. No tocante à Organização Mundial do Comércio (OMC) e à agricultura, uma reforma se faz inevitável e inadiável, devido à mudança radical no arranjo mundial nos últimos vinte anos. Assim sendo, o Acordo sobre Agricultura da OMC tornou-se inapto para a resolução dos atuais desafios que permeiam o mercado agrícola ao se considerar a nova ordem dos aspectos políticos, econômicos e socioambientais no mundo.

A globalização passa, hoje, por um novo capítulo. Durante as últimas duas décadas, a estrutura clássica do comércio internacional vem transformando-se por inteiro. Hoje, o Produto Interno Bruto (PIB) do grupo G7* soma US$ 42 trilhões, enquanto o grupo E7**, com as maiores economias emergentes do mundo, soma US$ 53 trilhões. Para o Brasil, esse panorama abre espaço para a releitura da sua agricultura e das janelas de oportunidade inéditas aos países sul-americanos.

Nessa consideração, o olhar sob o ângulo geopolítico é essencial para o desenvolvimento de uma política inteligente de exportação e o posicionamento do setor no epicentro da recuperação econômica provocada pela pandemia de COVID-19 dentro da nova configuração do mercado global.

Estratégias, rivalidades e interesses estão fortalecendo-se para países importadores competirem no mercado. Com alta performance, a agricultura brasileira cresce no mundo, tendo como desafio a geopolítica. E, para não perder, é essencial reconsiderar os seus verdadeiros pontos fortes, atuais e futuros.

Nas políticas nacionais, devemos continuar no avanço da implementação do Código Florestal, em face da sua vocação. Com a tecnologia tropical, o setor prospera independentemente de subsídios, em contramão ao mundo (o suporte público é de apenas 1,1% do valor da produção, enquanto a média mundial é de 16%). Para um poder adaptado às exigências e aos desafios do futuro, devemos buscar um lugar na organização institucional agrícola do mundo.

De um modo geral, os países remobilizam-se em torno das questões de segurança alimentar, tanto do ponto de vista doméstico, como do internacional. A abordagem geopolítica é fundamental para estudar as oportunidades a serem extraídas para os temas agroalimentares. O Brasil, no âmbito da sua influência, assume novos deveres de cooperação em determinadas regiões do mundo. Necessitamos dar sentido à atividade agrícola não apenas nos aspectos ambientais ou territoriais, mas também nos aspectos econômicos e sociais – afinal, são homens que produzem para alimentar outros homens – e, especialmente, nos geopolíticos. ■

*Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá
**China, Índia, Brasil, Rússia, Indonésia, México e Turquia

"...a estrutura clássica do comércio internacional vem transformando-se por inteiro. Hoje, o Produto Interno Bruto (PIB) do grupo G7 soma US$ 42 trilhões, enquanto o grupo E7, com as maiores economias emergentes do mundo, soma US$ 53 trilhões."



OPINIÃO

SÃO PAULO TRABALHA PARA MODERNIZAR A LEI

ITAMAR BORGES
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

São Paulo trabalha para modernizar a lei de produtos artesanais e fortalecer as cadeias de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

AS AÇÕES sobre a importância dos alimentos produzidos e vendidos fora de mercados convencionais têm recebido a devida atenção por parte da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. A mudança de cenário deve-se ao fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Em São Paulo, o Programa de Fomento de Arranjos Produtivos Locais Paulista, instituído pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), visa abrir espaço para o avanço da economia, aumentar o estímulo ao empreendedorismo e a competitividade de micro, pequenas e médias empresas, com base na interação e na cooperação das atividades agrícolas paulistas.

Mesmo diante da pandemia, São Paulo continua implementado ações para gerar renda e trabalho aos produtores rurais. Entre essas ações de incentivo, está o Programa AgroSP+Seguro – Segurança no Campo, lançado em 12 de agosto último numa iniciativa conjunta com a SDE para fortalecer dezenove APLs. A ação prevê o auxílio na organização dos negócios, no reconhecimento e no fomento dos APLs, além de um mapeamento de projetos que visam criar novas tecnologias de negócios em produtos artesanais nas cadeias de alimentos, com foco em embutidos, pescado, milho e derivados de cana e vinho.

O trabalho da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para reconhecer a importância econômica do produto artesanal rural – que, muitas vezes, esbarra na legislação quando o assunto é fabricação e comercialização – está contido em um novo Projeto de Lei (PL), nascido das Câmaras Setoriais dos setores produtivos e que passou por consulta pública e será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), para simplificar e modernizar as regras de produtos artesanais.

Não só no Brasil, como no exterior, o acesso direto de consumidores a alimentos artesanais e caseiros tem conquistado espaço e promovido mudanças nas leis, como vem acontecendo desde 2015 nos Estados Unidos, com os movimentos chamados "Food Freedom Acts" (ou "Atos de Liberdade Alimentar", numa tradução livre). Tais movimentos conseguiram aprovar leis específicas para produtos artesanais ou de produção caseira. Quatro estados americanos têm regras que são consideradas de liberdade alimentar do consumidor: Maine, Dakota do Norte, Utah e Wyoming. As leis dão isenções fiscais e desobrigam os produtos caseiros de licenciamento, permissão, certificação, embalagem ou rotulagem. A única exigência é que o produto artesanal traga informações básicas ao consumidor, como os dados do produtor, ingredientes contidos no produto e uma notificação de que o alimento não está sujeito a licenciamento ou inspeção do Estado.

Assim como nos Estados Unidos, São Paulo tem um grande interesse em negócios de alimentos artesanais caseiros de pequena escala, mas, por exageros na regulamentação e na conformidade dos produtos, o negócio se torna inviável, inibindo pequenos comércios familiares ou de comunidades rurais. O novo PL que estamos encaminhando à Alesp é, com certeza, um grande passo para gerar renda e a oportunidade de expandir o mercado de trabalho, habilitando a produção artesanal e estimulando o futuro das produções caseiras. ■

REFLEXÃO

DOMICÍLIO PREFERENCIAL DO CARBONO VERDE NO MUNDO



MARCELLO BRITO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

O BRASIL tem praticamente tudo: água, floresta, diversidade de biomas, pessoas altamente capacitadas, inovação tecnológica de ponta, solo abundante e clima tropical. Nesse cenário, o agronegócio enfatiza o seu potencial de ser a solução para mitigar as emissões de gases do efeito estufa no País e, assim, contribuir com a desaceleração do processo de mudanças climáticas no mundo. Este é o nosso papel: sermos protagonistas na agenda agroambiental do Planeta.

O setor mostrou, ao longo desse período de pandemia, a sua força, resiliência e compromisso com a sociedade e a Nação. Ao decidir continuar o trabalho para levar alimentos e outros produtos necessários às populações locais e global, o campo, as indústrias, as atividades logísticas e de distribuição se reinventaram. Essa postura reforça a habilidade de toda a cadeia de produção – antes, durante e depois da porteira – de assumir a liderança do movimento agroambiental.

Contudo, para o Brasil chegar a esse objetivo, é importante que a agroindústria se mantenha unida, com o propósito de seguir firme no trabalho incansável de fornecer alimentos e produtos fundamentais para a vida, com conservação ambiental e desenvolvimento social e econômico. O agro não pode parar em momento algum.

Outro fator determinante será o diálogo mais coeso entre o setor privado, o Governo e a sociedade para modificar a atual imagem negativa do País no exterior. E essa ação começa dentro da nossa casa. Ou seja, é necessário mostrar que a biodiversidade tão característica do Brasil está ligada à atividade agrícola, uma vez que os produtores rurais têm buscado preservar os ecossistemas, as florestas, os recursos naturais, além de realizar a recuperação de solos em degradação, contribuindo para melhorar a fixação do carbono e o crescimento das plantações.

Por outro lado, o setor, de maneira uníssona, pode levantar-se para enfrentar a ameaça das invasões ilegais de propriedades e a grilagem de terras públicas na Amazônia, que resultam em desmatamento ilegal e queimadas. A região amazônica é muito mais do que apenas o grande ativo ambiental brasileiro; ela representa uma oportunidade de desenvolvimento econômico e social para as populações locais, nacionais e, até mesmo, mundial. É um bioma que fomenta as práticas ESG (sigla para *environmental, social and governance*), que ganham cada vez mais importância nos negócios e nos investimentos.

Nesse novo mundo, com a conservação ambiental no centro das discussões, o carbono passa a ser fundamental na transição para uma economia de baixo carbono. Por isso, o Brasil precisa ser estratégico, mantendo e desenvolvendo boas relações com países compradores e com os seus próprios concorrentes diretos.

Deste modo, a criação de uma agenda agroambiental consistente com um mercado de carbono verde bem estruturado mostrará ao mundo que o País poderá chegar à neutralidade até 2050. Com inteligência, isto é, embasado no desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico, nos profissionais, na implantação de boas práticas sustentáveis, na legislação e regulamentação robustas e na melhor política, podemos continuar na rota para recuperar o nosso prestígio histórico e a nossa imagem internacional.

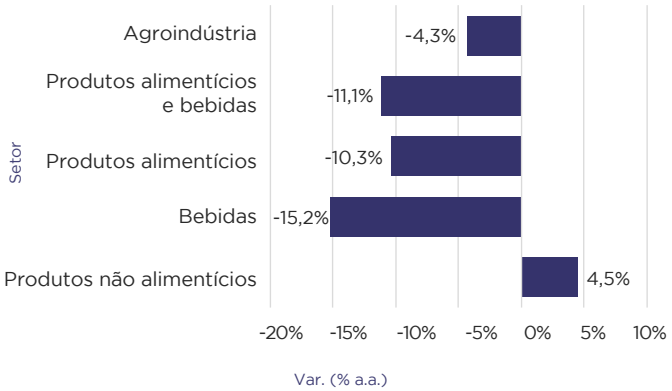
Certamente, o Brasil é o domicílio preferencial do carbono verde do mundo. Mas a responsabilidade de colocar essa característica à vista parte justamente dessa interlocução afinada entre o agro, o Governo e a sociedade. ■

"...é necessário mostrar que a biodiversidade (...) do Brasil está ligada à atividade agrícola, uma vez que os produtores rurais têm buscado preservar os ecossistemas, as florestas, os recursos naturais, além de realizar a recuperação de solos em degradação, contribuindo para melhorar a fixação do carbono e o crescimento das plantações."

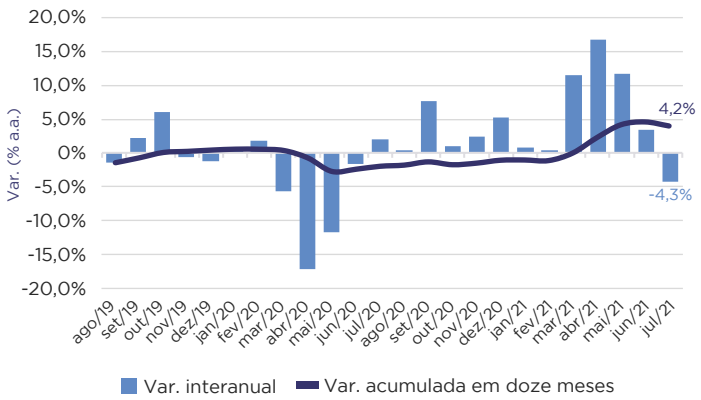
ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (PIMAGRO)

REFERÊNCIA: JULHO DE 2021

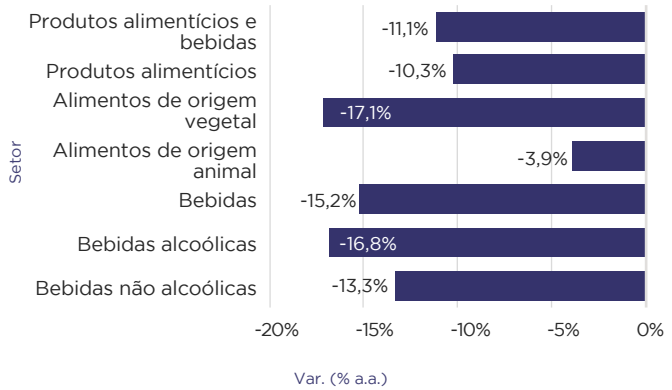
AGROINDÚSTRIA E PRINCIPAIS SETORES: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM JULHO DE 2021



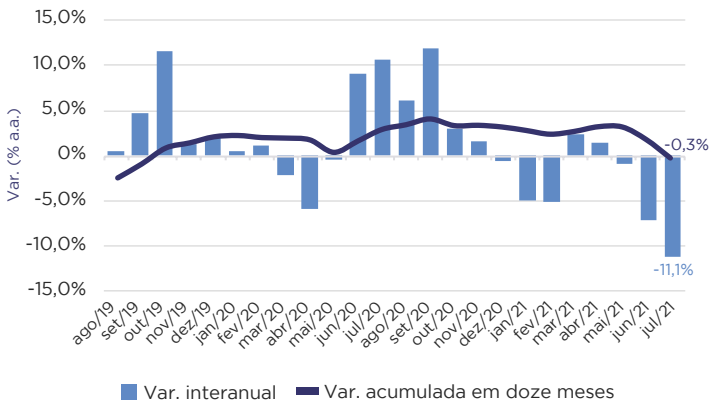
AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



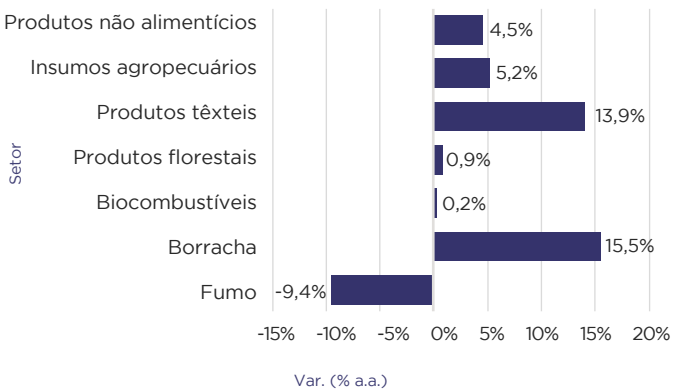
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM JULHO DE 2021



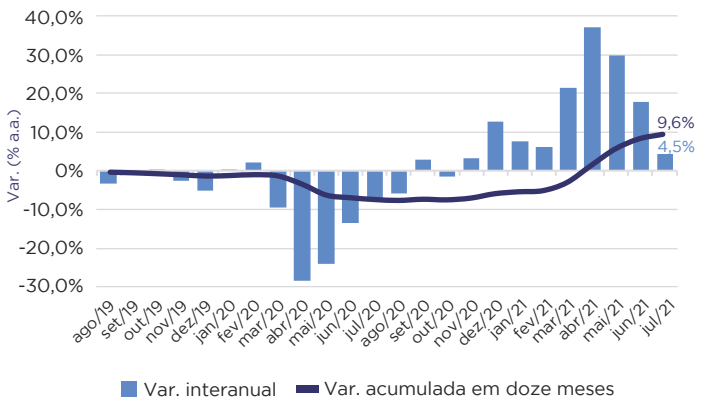
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM JULHO DE 2021



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE; elaboração: FGV Agro

MESTRADO PROFISSIONAL EM

AGRONEGÓCIO

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM UM CURSO ÚNICO NO SETOR



ÚNICO MESTRADO PROFISSIONAL DO SETOR NO BRASIL.

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS EM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E DE INFRAESTRUTURA.

VISÃO ESTRATÉGICA SOBRE POLÍTICAS AGRÍCOLAS E SUSTENTABILIDADE.

CAPACITAÇÃO PARA CARGOS DE GESTÃO E LIDERANÇA.

INSCRIÇÕES ATÉ 15/11

saiba mais em:
fgv.br/eesp

FGV EESP

todosaumasovoz.com.br | todosaumasovoz

MOSTRAR OS VALORES DO AGRO PARA AS NOVAS GERAÇÕES E MOTIVAR A ADMIRAÇÃO PELOS PRODUTORES.

Esse é o nosso desafio.



Criadora

RV MONDEL

Mentora

abag

Patrocínio

CropLife BRASIL

Apoio Institucional

ESALQ USP

abagrp

ABCC Associação Brasileira de Criadores de Camarão

ABIA

ABIARROZ

abiec

abisolo

Abitrigo

ABMRA Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio

ABPA Associação Brasileira de Proteína Animal

ABRAFRUTAS

abraleite

agroligadas

AIPC

AMA BRASIL

andav A força que une a distribuição

APROSOJA RONDÔNIA

ASBRAM Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais

Cecafé Conselho dos Exportadores de Café do Brasil

CiCarne Centro de Inteligência da Carne Bovina

6º Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio Digital & Agregação de Valor A Nova Liderança no Agro

FENEP Federação Nacional das Escolas Particulares

Grupo Mulheres do Brasil

ibá indústria brasileira de árvores

Ibrahort Instituto Brasileiro de Horticultura

Liga do Agro

pecege

SINDAN SAÚDE ANIMAL

Sindirações

SistemaOCB CNCOOP · OCB · SESCOOP

Sociedade Nacional de Agricultura Inteligência em Agronegócio desde 1897

Parceiros

attuale comunicação

Companhia de Estágios | PPM Human Resources

coelho&morello advogados associados

Lamarca

RCOMLINE eventos digitais

TRAH LAH LAH

Apoio de Mídia

CANAL RURAL

GestAgro 360 UM GIRO PELO AGRONEGÓCIO

mab

AGROPECUÁRIO

terraviva Cultivando o melhor do Brasil

AGROANALYSIS

TODOS A UMA SÓ VOZ

JUNTOS, TORNANDO O AGRO MAIS FORTE